

UNIVERSIDADE ABERTA



O ensino do português na Galiza

María Arranz González

**Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Português Língua Não
Materna**

Orientador: Prof. Doutor Mário José Filipe da Silva

Janeiro, 2023

UNIVERSIDADE ABERTA



O ensino do português na Galiza

María Arranz González

**Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Português Língua Não
Materna**

Orientador: Prof. Doutor Mário José Filipe da Silva

Janeiro, 2023



Attribution-NonCommercial-ShareAlike

CC BY-NC-SA

This license lets others remix, adapt, and build upon your work non-commercially, as long as they credit you and license their new creations under the identical terms.

Aos meus pais, ante tudo, porque sem eles nada disto teria sido possível.
Ao meu irmão, pelo caminho partilhado, e por seguir caminhando juntos.
Aos meus avós, para poder sonhar a sua felicidade.

À Chloé, por tudo o que não é preciso dizer, e por entender, mesmo sem palavras.
À Alba, pelo apoio incondicional, e por ser porto de abrigo na viagem de retorno.

À Agathe, por continuar a sobreviver, e a aliviar a minha existência.
À Sara e ao Teilor, pela inspiração, as eternas conversas e o café.
À Joana, Érica, Paulo e Tamara, por serem família longe da casa.

Aos Guilhermes, por fazerem germinar o meu amor pelo Brasil.
À Laura, pela companhia nas longas noites na biblioteca.

E ao Gabi, pela música, e por me ensinar que o verão também
pode chegar uma manhã de janeiro.

E a todas as amigadas e familiares que, desde qualquer lugar da lusofonia e do
mundo foram as musas deste trabalho.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 2 de 3 de 2023

Nome completo/Full name: *Maria Arranz González*

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

O ensino do português na Galiza

RESUMO:

Apesar das relações históricas e linguísticas existentes entre a Galiza e Portugal, não existe uma tradição de ensino do português nesta Comunidade Autónoma do Estado espanhol. A escolha da temática desta dissertação de mestrado sobre estudo do português na Galiza surge da necessidade de criar um corpus e de investigar sobre as razões que expliquem a situação do ensino do português e, portanto, o baixo número de estudantes de português língua estrangeira nesta Comunidade Autónoma. Este trabalho de investigação pretende também contribuir à literatura sobre o estudo do PLE na Galiza.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Língua, Glotopolítica, PLE, Ensino do Português, QECR, Ensino do Português em Espanha.

Portuguese teaching in Galicia

ABSTRACT:

Despite the historical and linguistic relations between Galicia and Portugal, there is no tradition of teaching Portuguese in this Autonomous Region of the Spanish state. The choice of the topic of this master's thesis on the study of Portuguese in Galicia arises from the need to create a corpus and to investigate the reasons explaining the situation of Portuguese teaching in Galicia and, therefore, the low number of students of Portuguese as a foreign language in this Autonomous Region. This research work also intends to contribute to the literature on the study of Portuguese as a foreign language in Galicia.

Keywords: Language Policy, Glotopolicy, PLE, Portuguese Language Policy, PLE, Portuguese Teaching, CEFR, Portuguese Teaching in Spain.

ÍNDICE

RESUMO:	6
ABSTRACT:	7
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 RAZÃO DA ESCOLHA E MOTIVAÇÕES PARA O ESTUDO	12
1.2 OBSERVAÇÕES PRELIMINARES	13
1.3 PLANO DE INVESTIGAÇÃO	16
2. HIPÓTESES E OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO	17
3. METODOLOGIA	19
4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	25
4.1 CONCEITOS IMPORTANTES	29
5. A LUSOFONIA COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA LINGUÍSTICA	43
6. LÍNGUAS COOFICIAIS NO ESTADO ESPANHOL E A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS NA ESPANHA.	46
7. A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA ATUAL NA GALIZA	56
8. O PADRÃO LINGUÍSTICO DO GALEGO E O PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) NA GALIZA	61
9. A PRESENÇA DO PORTUGUÊS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO	62
10. TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS	73
11. POSSÍVEIS SOLUÇÕES	78
12. CONCLUSÕES	82
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
14. ANEXO I	92
15. ANEXO II	94

ÍNDICE DE GRÁFICOS/QUADROS/TABELAS

<i>Mapa dos blocos dialetais na Galiza.....</i>	<i>p. 27</i>
<i>Mapa da evolução linguística no sul da Europa.....</i>	<i>p. 46</i>
<i>Mapa dos territórios em que se fala português fora da fronteira política da República Portuguesa.....</i>	<i>p. 48</i>
<i>Gráfico da evolução da língua galega entre 1990 e 2020.....</i>	<i>p. 53</i>
<i>Diferenças ortográficas entre as duas normas ILG-RAG e AGAL</i>	<i>p. 56</i>
<i>Mapa da distribuição dos alunos de português no ensino primário em 2011.....</i>	<i>p. 59</i>
<i>Mapa do ensino do português no nível secundário em 2011.....</i>	<i>p. 62</i>
<i>Quadro sobre o ensino do português no liceu Rosalía de Castro de Santiago de Compostela 2015-2023.....</i>	<i>p. 65</i>
<i>Mapa do ensino do português no nível universitário em 2011.....</i>	<i>p. 67</i>
<i>Gráfico da evolução do número de alunos matriculados na trajetória de português na Faculdade de Filologia da USC.....</i>	<i>p. 68</i>
<i>Gráfico da evolução do número de alunos de português na Faculdade de Filologia da USC entre 2017 e 2023</i>	<i>p. 69</i>
<i>Mapa sobre o ensino do português nas EOI da Galiza em 2011.....</i>	<i>p. 71</i>

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAG-P: Associação de Amizade Galiza-Portugal

AGAL: Associação Galega da Língua

AMI: Assembleia da Mocidade Independentista

AOLP: Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

AS-PGP: Associação Sociopedagógica Galaico-Portuguesa

BNG: Bloque Nacionalista Galego

CLM: Centro de Línguas Modernas

CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DPG: Associação Professores de Português na Galiza EI:
Estudantes Independentistas

EOI: Escola Oficial de Idiomas

ESO: Educación Secundaria Obrigatoria

EU: União Europeia

EUA: Estados Unidos da América

FAO: Food and Agriculture Organization

FER: Federação de Estudantes Independentistas

IFG-P: Irmandades da Fala da Galiza e Portugal ILG:
Instituto da Língua Galega

ISCTE: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto
Universitário de Lisboa (IUL)

LALO: Língua de adaptação/língua de origem

MCER: Marco Comum Europeu de Referência para as Línguas

MDL: Movimento de Defesa da Língua

PALE: Programa de apoio a las lenguas extranjeras

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLE: Português Língua Estrangeira

QECR: Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

RAG: Real Academia Galega TVG: Televisión de Galicia

UPG: Unión do Povo Galego

1. INTRODUÇÃO

1.1 RAZÃO DA ESCOLHA E MOTIVAÇÕES PARA O ESTUDO

Nasci a 20 minutos da fronteira com Portugal, toda a minha vida convivi com a língua portuguesa e nunca tive dificuldade em perceber o que os falantes desta língua diziam. Costumava ir de férias com os meus pais e o meu irmão a Portugal, além de ser costume irmos os fins de semana às feiras de Valença, Vilanova de Cerveira e Monção. Graças a isto, desde uma idade precoce comecei a ler em português. Na escola aprendi, além de castelhano e galego, inglês e francês, mas nunca tive a oportunidade de estudar a língua do país vizinho. Tive sempre paixão pelas línguas, foi por isso que quis estudar filologia francesa, mas quando fui fazer a inscrição, a língua portuguesa despertou a minha curiosidade como segunda língua, até tal ponto que o português acabou sendo a minha primeira escolha na licenciatura.

Durante os dois anos da minha licenciatura na Universidade de Santiago de Compostela, a minha paixão pelo português não fez mais que crescer, mas estava consciente da enorme lacuna que existia no ensino desta língua, especialmente em contraste com outras línguas oferecidas no currículo universitário. Esta questão não estava ligada à falta de formação do corpo docente, mas sim ao aparelho político e social existente (ou inexistente). Quando cheguei a Lisboa, cidade em que fiz o meu Erasmus e acabei por finalizar a minha licenciatura, fiquei ainda mais consciente da problemática do ensino do português na Espanha, e mais concretamente na Galiza.

A problemática da Galiza radica no facto de que os falantes de galego não têm problemas em perceber o português, e também não têm problemas em fazer-se entender no território vizinho. Isto pode causar uma falta de interesse por aprofundar o estudo da língua portuguesa. Por outro lado, e apesar da proximidade linguística e cultural de ambos os territórios, a promoção do estudo da língua portuguesa na Galiza (e em geral, em Espanha) tem sido escassa ou nula. Este facto é uma combinação

entre a falta de interesse no povo vizinho e de preconceitos da parte dos governos centrais, regionais e locais, que fazem com que se promovam outras línguas, ainda que sejam menos estratégicas, estejam a cair em desuso, ou sejam menos próximas a nível cultural e linguístico.

As instituições que zelam pelo emprego e promoção da língua galega defendem o seu carácter internacional pela proximidade com o português, ferramenta de defesa que acho totalmente admissível e correta. Porém, o facto de a língua galega ter evoluído mais em favor do castelhano, faz com que seja preciso, para obter um nível e uma competência adequada (especialmente na língua oral), realizar estudos específicos em português.

Também gostaria de fazer uma análise comparativa, ainda que menos aprofundada com o caso da Extremadura, já que apesar de a Galiza ser a região mais próxima linguística e culturalmente de Portugal, a Comunidade Autónoma que promove mais a aprendizagem do Português é a Extremadura. Três de cada quatro estudantes de português em Espanha aprendem a língua lusa na comunidade estremenha. Nesta comunidade existe uma associação do corpo docente de português, uma campanha para promover o estudo da língua “Extremadura fala português” e uma promoção nos meios de comunicação. Por isso a questão aqui é, por que não acontece o mesmo na Galiza?

1.2 OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Na Península Ibérica existem diversos países e territórios, consequência dos eventos históricos, dos diferentes grupos humanos e da evolução política e social dos mesmos. Cada grupo evoluiu e construiu uma realidade política diferenciada.

A Península Ibérica está conformada por diversos territórios, e até dentro das fronteiras políticas destes existem diferentes realidades linguísticas (e culturais). Em Portugal cabe destacar o mirandês além do português, e no Estado Espanhol o galego, catalão e o basco além do espanhol.

Durante toda a história da Península Ibérica, estes territórios formaram parte de unidades políticas diferentes, construindo uma história entrelaçada. No contexto atual, provavelmente o facto histórico mais relevante terá sido a entrada de Portugal e de Espanha primeiro na Comunidade Económica Europeia, e depois na União Europeia. Ambos os Estados evoluíram, durante várias décadas, “de costas viradas”. A globalização, e a construção de um espaço económico comum viriam mudar essa atitude que tinha sido tão reforçada durante os anos de ditadura em ambos países, atitude que resultou ser muito difícil de mudar, especialmente na mentalidade espanhola, a qual estará refletida também no número de estudantes de portugueses no território espanhol. A criação desta União supôs a construção de uma rede de estradas, acordos políticos, económicos e sociais, e como consequência surgiram motivações profissionais, académicas e de outro tipo para aprender a língua e a cultura do país vizinho.

É possível que hoje, após a crise sanitária do ano 2020 tenhamos alguma consciência da importância desta instituição, já que para quem nasceu nalguma data posterior aos anos 90, o facto de existirem fronteiras físicas dentro da União Europeia parece uma fantasia desagradável, mas basta recuar uma geração para ouvir a realidade de quem precisava de um passaporte para atravessar a fronteira, o qual resulta chocante para quem está habituado a atravessar a fronteira como um ato sistemático.

De acordo com Caballido na sua dissertação:

“Este projeto de colaboração entre países fez germinar “nas autoridades políticas, económicas e sociais, uma preocupação para que os cidadãos conheçam outras línguas e possam tirar proveito desta nova situação política e social.” (Carballido, 2012:9).

“O estudo do espanhol em Portugal sempre teve mais peso do que o estudo do português na Espanha. Apesar de ter sido o francês a língua mais presente nas salas de aula tanto em Espanha como em Portugal até finais do século XX, no início do século XXI deu passo ao inglês, mas a implementação da língua espanhola em Portugal também conta com dados vertiginosos”.

Ainda segundo Carballido:

“Segundo dados da *Consejería de Educación* da Embaixada de Espanha em Portugal, a evolução do número de alunos estudantes de espanhol no ensino

básico e secundário entre o ano académico 1991-1992 e 2011-2012 é de vertigem, de trinta e cinco (35) alunos para noventa e quatro mil novecentos e vinte e quatro (94 924). Do ano académico de 2011-2012 para o de 2010-2011 houve uma percentagem de crescimento de 9,25%. Segundo o citado relatório oficial, acontece o mesmo na evolução do número de professores no período 1997-98 / 2011-2012, em que, de 28 professores se passou para 917 e uma percentagem de crescimento de 4,9% entre o ano académico 2010-2011 e o 2011-2012.

Se no ano académico 1991-1992 havia apenas 3 escolas a lecionarem espanhol, já no período 2011-2012 eram 617. Aqui a percentagem de crescimento situa-se em 16,1%, face ao ano letivo anterior (2010-2011).” (Carballido, 2012:48)

Como podemos observar o crescimento do ensino do espanhol foi exponencial, destacando o curso académico 2011-2012, em que houve maior crescimento em todos os âmbitos (número de alunos, de professores e quantidade de escolas a lecionarem a língua).

“Esta presença do espanhol no sistema educativo português caracteriza-se pela sua homogeneidade, sem se limitar ao espaço concreto das zonas fronteiriças.” (Carballido, 2012:48)

A aprendizagem do espanhol por parte da sociedade portuguesa vem dada pela abertura de fronteiras, intercâmbio económico (para ambos países o outro é o principal destinatário de exportações de mercadoria). No caso da Galiza esta ligação é ainda maior, existindo até o estatuto de trabalhadores transfronteiriços, com certos benefícios económicos e sociais, para as pessoas que moram e trabalham de diferentes lados da fronteira luso-galaica.

É neste contexto de integração política, social e económica que nasce no seio do Conselho da Europa, e dentro do projeto “Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural” o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa (QECR, 2001). A intenção dos objetivos do projeto comum europeu era criar uma Europa multilingue e multicultural, sendo importante ter um padrão para analisar as competências linguísticas dos estudantes de línguas.

1.3 PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Por uma parte analisarei os dados bibliográficos, tendo em conta os dados numéricos sobre o número de estudantes de português em cada região da Espanha, concentrando-me especialmente na Galiza e fazendo uma breve análise sobre a situação na Extremadura. Será importante rever a evolução do estudo do português na Galiza em todos os níveis de ensino, mas também o relacionamento da sociedade galega com a língua portuguesa. Analisarei também o resultado dos inquéritos realizados a estudantes e professores dos distintos níveis de ensino nas duas Comunidades Autónomas. Finalmente farei um contraste dos diferentes dados obtidos, tanto graças à bibliografia como aos inquéritos, e escreverei as conclusões contrastando os dados obtidos nos inquéritos e na bibliografia consultada.

Nos inquéritos questionarei sobre as razões de estudar português, as vantagens, a qualidade do ensino, a motivação dos estudantes, dos professores e também sobre as avaliações do PLE, especialmente na Galiza, mas também na Extremadura.

Será também importante analisar a competência oral (e fonética, tendo em conta o sistema vocálico e o consonântico, a expressão oral, a competência leitora e a pronúncia), também será analisada a competência leitora, escrita, gramatical, lexical, pragmática e intercultural (especialmente com Portugal, mas também com os outros países da lusofonia).

2. HIPÓTESES E OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

Com a entrada de Espanha e Portugal no ano 1986 na Comunidade Europeia surgiram as primeiras campanhas publicitárias para estudar português em Espanha.

Esta atitude revolucionou a constante posição de rejeição pelo país vizinho. Curiosamente a comunidade autónoma espanhola que apostou mais no ensino do português foi a Extremadura, sendo na atualidade a segunda língua mais estudada na região. Foi graças a campanhas de marketing, na televisão, através da internet, nos jornais, através de cartazes, que conseguiram este efeito. Alguns dos *slogans* utilizados foram: “estudia portugués, te abrirá muchas puertas”, ou “Extremadura fala portugués”.

Tendo em conta a proximidade linguística, social e até a história e a literatura comum entre Portugal e a Galiza, e sendo o galego uma das línguas oficiais da comunidade autónoma, com obrigatoriedade no ensino, seria lógico pensar que a Comunidade Autónoma da Galiza é a que tem um domínio mais elevado da língua portuguesa, até porque seria uma mais-valia, e uma fonte de oportunidades para a sociedade galega num mundo globalizado e competitivo. Infelizmente, a situação está longe de ser essa.

Os intelectuais que redigiram o Estatuto de Autonomia da Galiza insistiram na importância do conhecimento mútuo tanto da língua como da cultura portuguesas para a sociedade galega, mas nos mais de 40 anos de autonomia democrática da Galiza, isto nunca se concretizou.

O objetivo desta dissertação é analisar o porquê, apesar da proximidade histórica, linguística e cultural da Galiza, estas vantagens não são aproveitadas no ensino, promoção e aprendizagem do português. Sendo a Extremadura a Comunidade Autónoma com mais estudantes de português, apresentarei também exemplos que ilustrem as diferentes políticas linguísticas que influenciaram e configuraram a situação linguística atual.

Para poder explicar a situação na Galiza é preciso estudar as razões que levaram à falta de interesse de parte do aparelho político, e também, ainda que em menor medida, social. Será importante ilustrar também a realidade do ensino da língua portuguesa, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

3. METODOLOGIA

Não existe uma grande tradição de estudos no âmbito do estudo do português língua estrangeira (PLE) no Estado espanhol, razão devida ao relativamente baixo número de estudantes, por esta razão a redação desta dissertação pode resultar ser um desafio, porém, acredito que seja importante realizar estudos nesta área, na esperança de que este trabalho possa contribuir para os estudos nesta área.

Este será um trabalho de investigação, ainda que também se apoie nas vivências pessoais.

Tendo em conta a falta de material didático sobre esta temática concreta, escolhi fazer um estudo mais generalizado sobre a situação político-linguística da Galiza, e as razões da falta de promoção e de estudantes de português língua não materna nesta comunidade autónoma, contrastando com a situação da Extremadura, exemplo de ensino de português língua estrangeira no Estado espanhol.

Serão analisados os níveis de ensino: primário, secundário, universitário e de escolas oficiais de línguas, e outras instituições como o Camões, IP ou o Centro de Línguas Modernas (CLM).

Para analisar o interesse dos alunos no estudo do português na Galiza, foi realizado o seguinte:

- Entrevistas com alunos que estudam português, para entender o que os motiva a estudar a língua e quais são as suas expectativas em relação ao estudo da língua.
- Questionários para reunir dados quantitativos sobre o interesse dos alunos no estudo do português incluindo perguntas sobre os motivos para estudar a língua, as expectativas e os desafios encontrados.
- Observação da metodologia dentro das aulas de português, para identificar que estratégias de ensino são mais eficazes em despertar o interesse dos alunos e quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Aportar também a minha experiência pessoal como aluna de PLE na Galiza.

- Análise de dados qualitativos, baseados na análise das entrevistas e observações, para identificar tendências e padrões no interesse dos alunos no estudo do português.
- Uma revisão da literatura sobre ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira na Galiza, para entender as principais tendências e desafios na área e como sua pesquisa se relaciona ao estudo anterior.

Também será importante analisar a situação da língua galega na sociedade galega, analisando dados quantitativos, como estatísticas sobre o uso (e o estudo) das diferentes línguas na Galiza, incluindo a proporção de pessoas que falam galego e espanhol na Comunidade Autónoma, e como essa proporção varia de acordo com a idade, género, nível de educação e outros fatores.

É importante também entender como as pessoas usam a língua em diferentes contextos sociais (escolas, empresas e médios de comunicação por exemplo) e quais são as principais preocupações em relação à situação linguística da Galiza. Tentarei ilustrar esta situação (já faz parte do código de utilização das línguas e da conformação das normas sociais à volta delas) e a sua relação com a aprendizagem do português.

Será preciso fazer uma análise da literatura sobre a situação linguística da Galiza, para poder entender as principais tendências e desafios na área e como esta pesquisa está intimamente ligada a esta situação. Dentro desta análise da situação linguística será tido em conta também o ensino de outras línguas estrangeiras, analisando as políticas linguísticas ou as formas que se tem de orientar o estudo da língua.

Outras ações que serão tomadas para fazer um estudo o mais aprofundado possível sobre o ensino e a aprendizagem do português no sistema educativo serão:

- Recolha de dados quantitativos, como estatísticas sobre o ensino do português na Galiza, incluindo o número de escolas que oferecem a disciplina, o número de alunos que a frequentam e a proporção de professores que têm formação específica em ensinar português como língua estrangeira nos diferentes níveis de ensino.

- Entrevistas com professores de português, para entender como é feito o planejamento e execução das aulas, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos e pelos professores e que estratégias usam para superá-las.
- Observar aulas de português, para identificar que estratégias de ensino são mais eficazes e quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
- Análise de materiais didáticos, como livros de texto e planos de aula, para entender como o português é abordado no sistema educativo galego e se os materiais estão adaptados às necessidades dos alunos.
- Revisão de literatura sobre ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira na Galiza, para entender as principais tendências e desafios na área e como sua pesquisa se relaciona ao estudo anterior.
- Analisar políticas educacionais e linguísticas implementadas na Galiza para se entender a importância e o papel que o português tem no sistema educativo galego.

Enquadrar teoricamente o ensino do português na Galiza para alunos com uma base linguística semelhante poderia incluir considerar as seguintes abordagens:

1. Abordagem Contrastiva: Esta abordagem é baseada na comparação e contraste entre as línguas do aluno e a língua-alvo (português). Isso ajudaria os alunos a identificar as semelhanças e diferenças entre o galego e o português e a utilizar essas informações para facilitar a aprendizagem.
2. Abordagem Interativa: Esta abordagem centra-se na interação como meio para a aprendizagem da língua. Isso poderia incluir atividades práticas e dinâmicas que envolvam a comunicação real, que ajudariam os alunos a desenvolver suas competências comunicativas.
3. Abordagem Baseada em Tarefas: Esta abordagem centra-se em tarefas e atividades que os alunos precisam de realizar no mundo real, o que ajudaria a fazer com que o ensino seja mais relevante e significativo para os alunos.

4. Abordagem da Aquisição de Segunda Língua: Esta abordagem centra-se no processo natural de aquisição da língua, o que é semelhante ao modo como as crianças aprendem a sua primeira língua. Isso poderia incluir atividades que promovam a exposição à língua-alvo e a imitação de modelos de linguagem.
5. Abordagem da Linguística Aplicada: Esta abordagem centra-se no ensino dos aspetos formais da língua, como gramática e vocabulário, mas também leva em conta o uso desses aspetos na comunicação eficaz. Isso poderia incluir o uso de exemplos concretos de como as regras gramaticais são aplicadas na língua falada e escrita.

Os dados sobre a situação do ensino nos diferentes níveis serão obtidos através de inquéritos que serão enviados a diferentes centros de ensino, tanto a nível dos professores como dos estudantes, também serão analisados dados oficiais sobre o estudo do português nas duas Comunidades Autónomas, na Galiza e na Estremadura. Os inquéritos servirão para tentar perceber a situação do ensino do português em cada território, a perceção por parte dos estudantes e por parte dos professores, o interesse cultural além de linguístico pelas culturas portuguesa e lusófona, a qualidade do ensino, as motivações e as razões dos estudantes e dos professores para estudar e ensinar português, as vantagens de estudar a língua e a escolha da língua portuguesa sobre outras na oferta letiva. Também serão analisados dados *online*, a hemeroteca e serão feitas análises de dados, tanto de centros de ensino primário, secundário e outros centros de ensino não básico.

Pretendo propor possíveis soluções sobre a situação do ensino do português na Galiza, mas também de forma generalizada, podendo ser este caso adaptado a outras realidades no mundo. Para isto, terei em conta o sucesso do caso estremenho, de promoção e ensino do português. Tentarei também analisar os dados existentes e as razões pelas quais, apesar das vantagens da situação sociolinguística galega, esta Comunidade Autónoma tenha chegado a esta situação. Para poder realizar esta análise, farei uma descrição da evolução linguística do galego-português para o galego e o português como duas línguas diferentes que fazem parte do mesmo sistema linguístico (ou não, dependendo da opinião), e como este conflito evolutivo, normativo e político influiu na conceção da língua portuguesa na sociedade galega e, portanto,

também o impacto que isto tem na aprendizagem da língua em todos os níveis de estudo. Farei também uma descrição geral do sistema educativo galego (tanto no nível de estudos obrigatório: primária e secundária, como no ensino não obrigatório: sistema universitário, Centros de Línguas Modernas e Camões IP) e de como se insere nele o ensino da língua portuguesa. Focar-me-ei unicamente nos centros de ensino oficial e não nas academias de línguas.

Cabe também termos em conta as necessidades, exigências e oportunidades da sociedade galega à volta do ensino do português, já que muitas vezes o único contacto que os alunos têm com o português é de forma informal, em intercâmbios com lusofalantes, seja dentro do território do Estado espanhol seja com algum país lusófono (neste caso, mais provavelmente Portugal). Outra situação em que os membros da sociedade galega realizam um contacto com a língua portuguesa é nos exames nacionais de ingresso à universidade, conhecidos na Espanha como “seletividade”, quando optam por evitar os exames de outras línguas como são o inglês ou o francês, por perceberem a língua portuguesa como mais próxima, acessível ou fácil.

Outra situação em que os alunos galegos recorrem à aprendizagem do português é para a obtenção de certificados de línguas para poder obter o diploma de licenciatura ou até para poder optar por um programa Erasmus. Neste sentido é interessante observar como os estudantes galegos recorrem ao português como uma opção próxima, fazendo face aos estudos de língua portuguesa praticamente como o fariam como com a língua materna. É importante fazer este apontamento que será desenvolvido mais à frente, já que esta dupla conceção com respeito à língua portuguesa é uma constante no relacionamento (ensino, aprendizagem e toda classe de contacto) da sociedade galega com a língua portuguesa.

Também é preciso ter em conta as condições sociológicas e político-linguísticas dos alunos e docentes de língua portuguesa na Galiza, o que explicaria o processo de aprendizagem da língua.

É importante analisarmos várias questões, por uma parte a falta de interesse por parte do sistema político em promover o estudo da língua portuguesa, como consequência, a falta de interesse da sociedade para estudar a mesma, considerando-a uma língua demasiado fácil para ser estudada, surgindo novamente a questão da facilidade e compreensão e comunicação com os falantes de língua portuguesa como

argumentação para a falta de estudo. Finalmente surge, como consequência e combinação destas duas questões, a baixa qualidade e oferta de estudos em língua portuguesa. Nesta dissertação serão analisados os diversos motivos para esta falta nos diversos níveis de ensino.

Esta tese de mestrado inscreve-se na realidade galega e espanhola, mas poderá ser interessante para qualquer tipo de território em que se queira implementar o estudo do português como língua estrangeira ou segunda.

Durante este processo tive alguma dificuldade em encontrar bibliografia física, especialmente na Bélgica ou na Galiza. Utilizei alguns manuais que tinha adquirido durante a minha licenciatura, junto com alguns que já eram parte da biblioteca familiar, outros tive a oportunidade de os consultar na biblioteca de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela. O material *online* tem sido de grande ajuda, tendo aumentado nos últimos anos, especialmente teses de mestrado e de doutoramento baseadas em temáticas semelhantes, e também a hemeroteca disponível na internet, que me permitiu acompanhar as diferentes campanhas de promoção do português na Extremadura e as notícias sobre a evolução da aprendizagem do português na Galiza.

4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Durante a leitura de diferentes dissertações e manuais houve um termo que apareceu de forma recorrente, a glotopolítica, que é outra forma de referir política de língua. Este conceito foi cunhado pelos sociolinguistas franceses Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin no seu artigo *Pour la Glottopolitique* publicado em 1986 (pp. 5-34), e permite designar

"as várias maneiras como uma sociedade age sobre a língua, quer tenha ou não consciência, por exemplo, quando uma sociedade¹ legisla sobre o estatuto da língua oficial e das línguas minoritárias; sobre a fala, quando reprime esta ou aquela utilização; ou sobre o discurso, quando a escola decide fazer da produção de um determinado tipo de texto um objeto de avaliação".

Será nesta linha de pensamento que irei orientar a minha dissertação.

A razão da escolha desta abordagem é porque neste caso não se trata exclusivamente de uma questão estritamente ligada à política linguística, mas também à idiosincrasia da população galega. As "idiosincrasias" de tipo linguístico determinam comportamentos que se enquadram em políticas de língua que são adotadas instrumentalmente pelos falantes independentemente de políticas de língua formais determinadas pelo poder. Um exemplo que ilustra esta idiosincrasia é a crença geral de que o português e o galego são tão semelhantes que não é preciso estudá-lo (esta questão será desenvolvida de forma mais detalhada posteriormente), também é importante termos em conta os preconceitos que existem sobre a população portuguesa, e que, por conseguinte, se estendem a toda a lusofonia. Estes preconceitos também explicam a falta de promoção e a dificuldade no ensino do português, em todo o Estado espanhol. Por estas razões, gostaria de investigar em mais profundidade as razões desta situação e as possíveis soluções para a mesma.

Outra linha de investigação dentro da qual gostaria de inscrever o meu trabalho é a do preconceito linguístico e como este pode afetar a aprendizagem de uma língua.

Neste caso o preconceito linguístico poderá ser analisado em dois níveis, o da utilização da língua galega (pela sua relação com a língua portuguesa, e, portanto,

¹ Os poderes instituídos na organização política das sociedades.

como parte do mesmo sistema linguístico) e por outra parte como base metodológica para o corpo docente de português, de forma a extrair práticas que evitem metodologias de ensino do português sustentadas numa escolha linguística baseada em preconceitos (sejam estes preconceitos dialetológicos, sejam porque excluam certas variantes linguísticas).

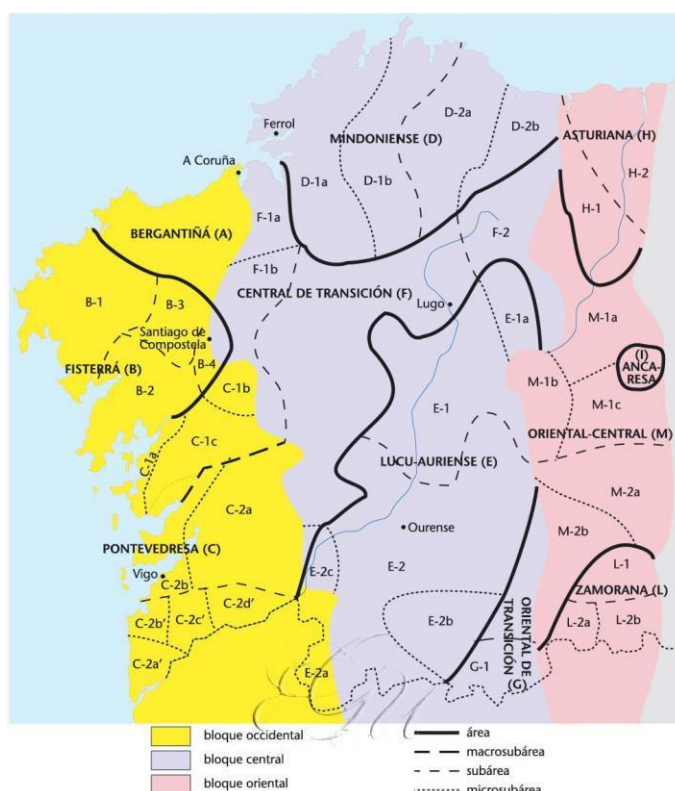
Segundo Marcos Bagno *apud* oliveira (2020) na sua obra *Preconceito linguístico* (1999)

“não existe uma forma “correta” ou “errada” dentro dos diferentes usos da língua, e que o preconceito linguístico, gerado pela ideia de que existe uma única língua correta. Esta percepção baseia-se na gramática normativa, e pode ter como consequência (na maioria das ocasiões de facto) a prática da exclusão social. Numa mesma sala de aula numa cidade em concreto, as realidades linguísticas podem ser muito diversas, já que os alunos podem proceder de diferentes regiões, podem ter diferentes níveis de educação, ter proveniências socioeconómicas diferentes, etc.”

Neste caso, é importante evitar atitudes que mostrem um juízo de valor negativo sobre as diferentes variantes, especialmente aquelas que costumam ser consideradas de menor prestígio, já que costumam estar ligadas a contextos mais informais, e são empregues por falantes com menos acesso à educação. Tal como Bagno referido por Oliveira (2020) sugere, existe um paralelismo em relação ao caso galego, já que a utilização do galego numa sala de aula pode ser objeto de exclusão, especialmente nas zonas urbanas, em que a utilização da língua é menor. Este preconceito pode ter consequências altamente negativas para os alunos, já que vão evitar a utilização desta língua, ou vão evitar realizar questionamentos durante as aulas, reforçando a posição da língua predominante e a marginalização dos falantes de galego.

Segundo o Professor Bagno (1999) *apud* Oliveira (2020) “o preconceito linguístico deriva da construção de um padrão imposto por uma elite económica e intelectual que considera como “erro” e, conseqüentemente, reprovável tudo que se diferencie desse. Isto está ligado de forma muito íntima também a outros preconceitos muito presentes [neste caso] na sociedade” brasileira. No caso da realidade galega é aplicável a vários níveis, por uma parte a nível espanhol/galego, já que o castelhano tem predominância

sobre o galego, seja a nível socioeconómico, histórico, etc., mas também a nível normativo (norma ILG-RAG vs. norma Agal ou reintegracionista), como a nível dialetal (os dialetos mais marcadamente rurais, por exemplo). No capítulo em que se descrevem os conceitos importantes desta dissertação será explicada de forma mais aprofundada a situação de conflito que envolve a norma do galego. Neste caso, podemos afirmar que segundo a perspetiva do professor Bagno, a norma reintegracionista, ou qualquer outra variedade da língua que não faça parte da norma oficial, estas situações de discriminação são reforçadas em salas de aula, na televisão e noutros meios de comunicação. É importante destacar que a norma do galego foi criada de forma artificial (como quase todas as normas), mas não tem uma base de um lugar concreto, é a combinação de traços dialetais e formas dos diferentes blocos linguísticos da Galiza. Na seguinte imagem podemos observar os blocos dialetais em que se divide o galego.



Mapa dos blocos dialetais na Galiza retirado de: <https://www.lingua.gal/o-galego/conhecendo/territorio-no-que-se-fala>. Prof. Xano Cebreiro.

É necessário que o professor planeie atividades que valorizem a diversidade linguística no ensino de qualquer língua, mas especialmente em países com contextos de plurilinguismo, como ferramenta para combater o preconceito linguístico.

No caso do ensino do português pode surgir o debate ou questionamento sobre que variedade do português escolher para o ensino do PLE. Normalmente as duas variedades que aparecem nas propostas educativas são sempre a do português de Portugal, ou português europeu, e a do português do Brasil, ignorando as outras variedades do português, como as diferentes variedades do português de África, de Goa ou de Macau.

No caso no ensino do PLE na Galiza, a variedade de predileção sempre foi o português de Portugal, em contraposição do que acontece com os cursos *online* (como pode ser a conhecida aplicação para dispositivos móveis, Duolingo) ou em outros países, que costumam escolher a variedade do português do Brasil como referência. No caso do plano de estudos universitário da Universidade de Santiago de Compostela, a maior parte do corpo docente é de origem galega, havendo um professor leitor de origem portuguesa e outro de origem brasileira, existe uma cadeira de literatura e outra de cultura dos PALOP, e as correspondentes brasileiras, em contraposição de quatro cadeiras de literatura portuguesa e várias de cultura, além de uma de relações Galiza-lusofonia. O único relacionamento dos alunos com outras variantes dialetais do português é nas ocasiões em que algum escritor ou artista visita a faculdade para dar uma palestra, portanto, o contacto com outras variedades dialetais era quase nulo. No caso de outras instituições, esta falha é ainda maior. Em muitas ocasiões o aluno completa cursos dos diferentes níveis de português (níveis até ao B2) sem ter consciência nem conhecimento das diferenças dialetais dentro do português e, portanto, sem serem capazes de as diferenciar. Em entrevistas com ex-alunos do nível B2 de português, os alunos que não tinham tido outro contacto com o estudo do português além da Escola Oficial de Idiomas, não conheciam a denominação PALOP. Cabe também destacar que isto acontece até mesmo dentro do estudo da mesma variedade do português (por exemplo, português de Portugal, assim, se os alunos não tiveram nenhum tipo de imersão linguística, podem finalizar os seus estudos em língua portuguesa sem conseguir distinguir os traços dialetais do Norte dos do Centro e Sul, seja a nível fonético ou de vocabulário.

Concluindo, é preciso que exista uma norma culta, e que seja conhecida por toda a população, mas que isto não seja sinónimo de desprezar ou ignorar a existência de outras variedades. Também seria preciso, em todos os contextos de ensino de uma língua, seja no estudo desta como primeira língua ou como língua estrangeira, que nenhum aluno fosse discriminado pela sua variedade linguística ou dialetal.

4.1 CONCEITOS IMPORTANTES

Vou começar por definir alguns conceitos imprescindíveis para perceber a situação linguística e a idiosincrasia galega, e como isto pode afetar a promoção da aprendizagem do português. Alguns dos conceitos a definir serão: o reintegracionismo, as línguas cooficiais no Estado Espanhol, a lusofonia como construção de ideologia linguística, o padrão linguístico do galego e o Português Língua Estrangeira (PLE) na Galiza, o padrão galego e o português e a presença do português no sistema educativo galego.

O reintegracionismo

O Reintegracionismo é uma corrente linguística, cultural e social que sustenta que o galego e o português fazem parte da mesma diástase linguística, conhecida como a diástase galego-portuguesa. Segundo o estipulado no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa existe uma norma com duas variantes: as oficializadas em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), e a variante brasileira, à qual, segundo a ideologia reintegracionista deveria ser acrescentada outra, a variante galega, atualmente em processo de normalização. Isto pode gerar uma certa polémica, já que mesmo dentro do que consideramos “oficialmente” a lusofonia existem, atualmente, discordâncias sobre pormenores dentro da norma ortográfica (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ou AOLP), à qual seria ainda acrescentado o caso galego.

“Os promotores do reintegracionismo são associações como a Associação Galega da Língua (AGAL), o Movimento de Defesa da Língua (MDL), a

Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), a Irmandades da Fala de Portugal (Irmandades da Fala de Portugal), e a Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), a Irmandades da Fala da Galiza e Portugal (IFG-P), a Associação Sociopedagógica Galaico-Portuguesa (AS-PGP), a recentemente criada Academia Galega da Língua Portuguesa e várias associações cívicas locais.” (Informação tirada de: [Reintegracionismo](#) -Wikipédia, a enciclopédia livre (Wikipédia.org, parágrafo 11)

Os reintegracionistas acreditam que:

“a regulamentação oficial em vigor na Galiza, as “Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego” (NOMIGa), elaboradas pela Real Academia Galega (RAG) e pelo Instituto da Língua Galega (ILG), são inadequadas, uma vez que consagram a castelhanização do galego. Na sua opinião, a última reforma dos regulamentos RAG, aprovada em 2003 (os chamados regulamentos de concordância), está de acordo com esta conceção e mantém as características que interpretam como as mais marcantes da castelhanização, tais como a letra 'ñ', o dígrafo 'll', os sufixos '-ería' (embora aceite '-aría' como variante), '-ble' (aceita também '-bel'), '-ción', enquanto as preferências lexicográficas são regidas pelas diretrizes castelhanas.” (Informação tirada de: [Reintegracionismo – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#), parágrafos 3 e 4)

Por isso,

“A Associação Galega da Língua (AGAL) e outros grupos propõem uma norma gráfica essencialmente comum à portuguesa que, ao mesmo tempo, preserva certas peculiaridades galegas: 'nh' em vez de 'ñ', 'lh' em vez de 'll', opcionalmente o '~' ("til de nasalidade"); '-aria', '-vel', mas '-çom' em vez de '-ção'. Outros grupos, como o MDL (Movimento Defesa da Língua), usam indiferentemente as regras AGAL e portuguesa, enquanto outros grupos, geralmente descritos como lusistas, como a Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P) e a Irmandades da Fala da Galiza e Portugal (IFG-P) optaram pela regra portuguesa acordada em Lisboa (acordo ortográfico de língua portuguesa de 1990).” (Informação tirada de: [Reintegracionismo – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#), parágrafo 5)

Antecedentes do reintegracionismo

A primeira vez que se defendeu abertamente a unidade entre o galego e o português foi durante a ilustração galega (Sec. XVIII), da mão do Padre Feijóo (Ourense, 1676-1764). Na altura defendeu o *status* social do português, já que já naquela altura se encontrava num contexto histórico caracterizado pela tendência espanhola de subsumir o português. Este afirmava que, sendo português um dialeto² do latim, está ao mesmo nível que o francês ou o italiano. Entre 1840 e 1885 surgem o provincialismo e o ressurgimento, estas correntes são em parte consequência do rápido colapso e queda da monarquia espanhola por causa da invasão napoleónica (1808). Isto originou várias correntes nacionalistas, sendo o espanhol o primeiro nacionalismo a germinar, mas não o único.

Na Galiza os primeiros a reivindicar uma maior descentralização do Estado foram os integrantes do provincialismo, movimento defensor da antiga província ou Reino da Galiza. Os seus integrantes pensavam que os galegos deviam manter a unidade administrativa, social, cultural e económica preexistente, unidade perdida em 1833. Alguns dos seus dirigentes também começaram a mostrar uma maior preocupação pela língua, recuperando do esquecimento uma descoberta que já fora feita pelo Padre Sarmiento no século XVIII:

“a língua galega, tan universalmente desprezada por todos na época moderna, fora na Idade Media vehículo de expresión dunha excelente literatura lírica, e mesmo o rei Afonso X o Sabio e outros poetas non galegos se serviran dela nas súas composicións” (Mariño, 1998:386).

Talvez por esta razão, as referências à proximidade linguística entre o galego e o português sejam recorrentes durante este período.

O regionalismo (1886-1915), iniciado na década de noventa, nascia com o objetivo de preservar as particularidades identitárias, culturais e linguísticas da Galiza. Surgiu num contexto caracterizado pela crise agrária finissecular e os problemas económicos que trouxe consigo (atraso económico, emigração, etc.), somado às críticas ao sistema político da *Restauración* (caciquismo, centralismo...). Foi neste contexto histórico quando se iniciou o processo de construção da ideia de Galiza como nação. Dentro do regionalismo podem-se diferenciar três correntes ideológicas: a tradicionalista,

² É uma língua novilatina, não um dialeto, mas foi conservada a citação do Padre Feijóo.

encabeçada por Alfredo Brañas, a federalista, cujo máximo representante foi Aureliano J. Pereira, e a liberal, herdeira do *Provincialismo* e liderada por Manuel Murguía. Foi precisamente esta última corrente que protagonizou a maior parte das polémicas ortográficas.

A historiografia coincide em colocar Manuel Murguía (Arteixo, 1833-1923), como o grande teórico da construção da Galiza como nação, no entanto, pouco se tem refletido sobre o seu discurso linguístico, cujo princípio era de que a língua é o signo indicador da nacionalidade. Defendeu a unidade do galego e do português, dizendo que o galego tinha alcançado o seu completo desenvolvimento no português, e anos mais tarde disse que o galego era a língua nacional em Portugal.

Até finais do século XIX, e como consequência do desconhecimento dos textos medievais, os escritores do ressurgimento literário foram mais criadores que continuadores de uma tradição anterior, utilizando como referência a ortografia do castelhano. A partir de finais de século, a situação começou a mudar com a difusão de textos medievais, o que provocou um poderoso estímulo para um maior conhecimento da literatura da Idade Média.

A difusão dos textos medievais e o maior conhecimento das origens da língua galega facilitou a eclosão de diferentes debates normativos na imprensa e nas revistas literárias, os dois meios mais utilizados pelos galeguistas para difundir o seu pensamento. Entre os títulos mais importantes cumpre salientar *El Heraldo Gallego* (1874-1880) ou *O Tío Marcos da Portela* (1876-1889) dirigidos por Lamas Carvajal. *El Heraldo Gallego*, por exemplo, defenderia que o galego se diluísse no português, facto que lhe custou fortes críticas por parte de *El Diario de Ferrol*. Neste debate também participaram em 1887 *La Concordia de Vigo* e o *Diario de Lugo*. Como indica González Seoane,

“os dous xornais diferían no que diz respeito á unidade entre galego e portugués: Para a publicación viguesa, portugués e galego eran un mesmo idioma, o primeiro cultivado e perfeccionado en tanto que língua de Estado, o segundo em vías de desaparición debido á preeminencia do castelán. O Diario de Lugo, en cambio, sostíña que se trataba de dous idiomas que, se ben noutra época formaron una soa unidade, o paso do tempo e o cultivo literario separou” (1996:124).

A partir de 1906 o regionalismo entra numa segunda fase que foi precedida, no contexto linguístico que estamos a tratar, pelo debate sobre o monumento aos Mártires de Carral (1904) e a fundação da Real Academia Galega (1906). O primeiro estava baseado na inscrição do monumento que rezava: “aos mártires da liberdade”. Os críticos opunham-se às palavras “aos” e “liberdade”, por estarem contra os arcaísmos e lusitanismos. Porém, o momento de inflexão foi a criação em Havana *da Asociación Iniciadora e Protectora da Academia Gallega* (1905), predecessora da Real Academia Galega. A comissão ortográfica da Academia aprovou na Junta que teve lugar a 26 de abril de 1909 que a “norma” que devia ser utilizada seria a etimológica, não só por ser aceite por parte das Academias das línguas cultas, mas também por ser conveniente para os estudos filológicos. Também determinaram que formava parte dos deveres desta instituição aconselhar aos escritores regionais que se “dignassem” a escrever os seus trabalhos nesta ortografia.

Já no século XX surge o nacionalismo galego. Apesar de surgir num contexto de auge desta ideologia em toda Europa, o nacionalismo galego caracteriza-se por ser nacionalismo exclusivamente de esquerdas e sem o supremacismo o único característico dos nacionalismos europeus da época, centrando-se principalmente na defesa da língua galega e numa maior capacidade de autodeterminação. *A Nosa Terra* foi a publicação de maior difusão dentro do nacionalismo, chegando a ser porta-voz oficial das *Irmândades da Fala*³. As referências à língua galega e à sua aproximação à portuguesa passaram a ocupar uma posição central desde o primeiro número na editorial assinada por Antón Vilar Ponte e intitulada *A bandeira ergueita*, onde o galeguista reafirmava a defesa da unidade linguística galego-portuguesa assinalando que o galego era uma “lingoa viva que entendian moitos millós de homes mais alá das fronteiras”. Aqui começa o discurso utilitarista da língua galega, que neste caso serve também para defender a escolha de uma ortografia mais próxima do português:

“o galego, non nos abre as portas de Portugal, do Brasil, da Índia, para poñernos em comunicación con millós d’homes?”.

³ Organização nacionalista galega ativa entre 1916 e 1931 que desenvolveu atividades políticas e culturais na Galiza. Politicamente, representaram a superação definitiva do regionalismo como ideologia, adotando o nacionalismo como a única forma possível de desenvolver a identidade da Galiza. Culturalmente, assumiram pela primeira vez o monolinguismo em galego e levaram a cabo iniciativas para o uniformizar, promovendo a generalização da sua utilização em todas as esferas sociais e culturais.” (Fonte: <https://patriiciaestrella.wordpress.com/2018/10/17/irmandades-da-fala/>)

A defesa de uma aproximação entre galego e português foi de tal magnitude que até encontramos críticas na imprensa da época sobre o aportuguesamento do galego.

Joham Vicente Viqueira e Antón Vilar Ponte foram os teóricos que defenderam com maior ênfase a norma etimológica e a unidade linguística, e até conseguiram que vários números de *A Nosa Terra* fossem publicados com a sua proposta ortográfica. Viqueira foi provavelmente o galeguista que mais teorizou sobre a necessidade de uma união ortográfica com o português. Em julho de 1919 introduziu a primeira disputa normativa da etapa nacionalista, a luta reintegracionista-fonetista.

Após a III Assembleia das Irmandades da Fala, começaram a surgir discrepâncias entre duas correntes ideológicas, a culturalista, opostos à participação eleitoral, e a política. Estes desencontros tiveram como consequência a divisão do movimento em 1922. Paradoxalmente, em 1920 surgiu o grupo Nós, agente fundamental na difusão do galeguismo no âmbito cultural, sendo a revista do mesmo nome o projeto cultural mais importante do galeguismo de pré-guerra.

Os redatores da revista nesta época já estavam conscientes da presença de duas tendências e mantinham que a mais “científica” era a “erudita”, quer dizer, a etimológica. Um exemplo claro é o comentário de Vicente Risco publicado na Revista Nós (n 115, 25 de Julho de 1933, Dia da Galiza), sobre uma conferência do Professor Doutor Rodrigues Lapa intitulada “A política do idioma e as universidades”. No seu discurso, o intelectual português defendia a necessidade de uma coordenação ortográfica entre além e aquém Minho:

“Há ainda outro problema ortográfico a resolver, em que será precisa a nossa interferência. Refiro-me ao da ortografia galega. V. Ex. Sabem que para cima da risca prateada do Minho vive e sofre um grupo de dois milhões de homens, que falam a nossa língua e sentem a nossa alma; e que fora da Galiza, outros dois milhões ou mais mourejam em terra alheia, não raro ao lado de portugueses” (*apud* <http://recunchodaslinguas.blogspot.com/2016/01/o-fenomeno-da-intercompresion-o-caso.html>)

Os redatores da revista realizaram uma resenha em que acolhiam com entusiasmo as palavras do Prof. Doutor Rodrigues Lapa, determinando que para eles era indispensável a criação de uma reforma ortográfica luso-galaica.

É evidente que a partir do século XIX, a relação entre intelectuais galegos e portugueses foi intensa e contínua, exemplificada na participação de Teófilo Braga, Oliveira Martins, Leite de Vasconcelos e Alexandre Herculano nos Jogos Florais de Tui, nas conferências de Rodrigues Lapa sobre a urgência da unidade linguística entre galego e português e a publicação de um artigo no Diário de Lisboa do intelectual galego Antón Vilar Ponte sobre a proximidade linguística galego-portuguesa. Houve correntes de pensamento, como o pangaleguismo, que defendiam que as fronteiras da Galiza, políticas e linguísticas, não acabavam nos lindes do Minho.

O reintegracionismo após 1936

A conclusão da Guerra Civil teve como consequência a desarticulação do Partido Galeguista, já que os seus membros foram vítimas de repressão, fuzilamentos e multas, o que provocou também que muitos partiram para o exílio. Isto fez com que o debate normativo ficasse em segundo plano. A ditadura militar proibiu a utilização do galego, e os intelectuais que continuaram a acreditar na causa achavam que havia questões mais importantes a tratar do que a questão da norma.

Por causa das proibições governamentais, desde o fim da Guerra Civil até os anos 50, com a fundação da Editorial Galaxia, a presença do galego ficou reduzida a um pequeno número de publicações e revistas, sendo a mais importante o ensaio Sempre em Galiza de Alfonso Daniel Manuel Rodríguez Castelao, publicado em 1944 em Buenos Aires, e é a melhor e mais clara ilustração da tradição do galeguismo de pré-guerra, não sendo a língua uma exceção, e defendendo inúmeras vezes a unidade linguística do galego-português.

Embora a o nascimento da Geração Galaxia nos anos 50 tenha fomentado uma revitalização da língua galega, também gerou um cisma dentro do nacionalismo, já que acreditavam numa luta só linguística e cultural, confrontando esta ideologia à presente no nacionalismo de exílio, que acreditava também numa luta política. Também houve uma crise ideológica a nível linguístico entre o nacionalismo “de interior” e o do exílio, embora o primeiro tivesse defendido no passado uma possível unidade linguística, foi-

se afastando desta perspectiva, no entanto, os defensores do nacionalismo no exílio continuaram a defender uma norma mais próxima do português.

A Geração Galaxia teve um papel indispensável na recuperação das instituições culturais (Patronato Rosalía de Castro, *Seminario de Estudos Galegos*, Real Academia Galega), conseguindo ter presença maioritária na RAG. No início isto permitiu um aumento do discurso lusófilo, acompanhado do contacto direto da RAG com a intelectualidade portuguesa (viagens e conferências), posteriormente esta posição mudou.

O renascimento da consciência galego-portuguesa foi impulsionado por diversos acontecimentos, começando em 1965 pela celebração do Concílio Vaticano II, em que as línguas vernáculas foram aceites na liturgia, acompanhado pela aprovação em 1966 da *Lei de Prensa e Imprensa*, que possibilitou a aparição de novas publicações e editoras como a *Revista de Occidente*, Cuadernos para el Diálogo, Triunfo ou a Revista Grial do Grupo Galaxia. O renascimento do nacionalismo galego (e a formação de partidos políticos nesta linha ideológica como o Partido Socialista da Galiza (PSG) - 1963 e a União do Povo Galego (UPG) – 1964, também teve um papel importante no reavivamento da consciência luso-galaica e posteriormente uma influência importante na futura codificação do galego.

Também na década de 60 deu-se a introdução de cadeiras de língua e literatura galegas no sistema curricular (inicialmente no secundário e universidade).

Foram anos de revivescência da consciência de unidade linguística galego-portuguesa, que se viram plasmadas em publicações como a revista *Vieiros*, editada no México, sendo uma das publicações mais emblemáticas da pós-guerra.

Escrevem nela, galeguistas do exílio e do interior como Ernesto Guerra da Cal, Delgado Gurriarán, Ramón Lourenzo, Ramón Piñeiro, Luis Soto, Blanco Amor... além de escritores portugueses. A influência dos pensadores exilados provocou uma maior aproximação à cultura luso-brasileira. Da parte dos pensadores portugueses, Rodrigues Lapa continua a ser o mais destacado a lutar pela unidade linguística.

Cabe destacar a figura de Ernesto Guerra da Cal, um dos estudiosos que mais colaborou para o conhecimento da cultura galega no sistema luso-brasileiro, contribuindo com publicações e conferências na Universidade de Coimbra, a

publicação do seu poemário *Lúa de alén Mar* (1959) em ortografia lusista, e até um simpósio sobre estudos luso-brasileiros em Madison (EUA).

Valentin Paz Andrade foi outro intelectual galego com forte influência durante esta época, sendo assessor para assuntos pesqueiros da FAO manteve prolongadas estadias no Brasil, durante estas estadias foi convidado pela Academia Brasileira das Letras, tendo a oportunidade de participar em debates sobre a unidade linguística, refletindo sobre a projeção e a utilidade do entendimento entre Portugal, Brasil e as antigas colónias portuguesas (na altura). Porém, defende uma postura de unidade linguística gradual, em que só sejam introduzidas formas portuguesas em caso de existir eivas no vocabulário galego (em vez de introduzir termos do espanhol). Para ele o mais importante é que exista um ponto de entendimento entre as línguas, mesmo assim os seus artigos e escolhas linguísticas não caíram bem dentro do setor dominante do grupo Galaxia, que já ostentava uma postura afastada da unidade linguística.

Tanto Da Cal, de forma essencialista, como Andrade de forma utilitarista, pretendem estreitar os laços com o sistema linguístico e cultural luso-brasileiro, sendo os autores que mais lutaram e teorizaram sobre o assunto durante esta época.

Durante a década de 70 vão-se sentar as bases do reintegracionismo moderno, facto impulsionado por um acontecimento de carácter político que acelerar o processo de standardização normativa: em 6 de agosto de 1970, o ministro franquista Villar Palasí promulgou a “Ley General de Educación”, legislação que permitia a introdução das línguas nativas no sistema educativo. Logicamente este evento deu lugar a diferentes propostas para a elaboração da nova norma que seria aplicada no ensino, o manual *Normas ortográficas do idioma galego* publicado pela RAG e elaborado em grande medida por Carvalho Calero foi publicado em 1970, nos anos consecutivos foram publicados os manuais *Gallego I*, *Gallego I* e *Gallego III* do Instituto da Língua Galega (ILG).

Aqui podemos observar que houve uma relação direta entre as diferentes propostas ortográficas e o quadro legal do ensino no Estado Espanhol, num contexto histórico caracterizado pela urgência da codificação normativa, e onde as divergências ortográficas voltariam a tornar-se mais públicas e beligerantes. A publicação do artigo *A recuperação literária do galego* do Prof. Doutor Rodrigues Lapa ([Revista Grial](#), 1973) resultou ser um dos detonantes desta situação, já que depois da sua publicação, os

intelectuais do nacionalismo foram-se posicionando a favor ou contra o mesmo, mas, contrariamente ao que tinha acontecido no passado, as propostas do filólogo português não foram tidas em conta de forma oficial. Provavelmente isto tenha acontecido por várias razões, por uma parte a publicação em 1966 da *Gramática elemental del galego común*, por outra, a chegada de Constantino Garcia à Cátedra de Filologia Românica de Universidade de Santiago de Compostela, e finalmente a publicação das *Normas ortográficas e morfológicas* da RAG (1970-1971). A publicação destas normas assumia a dependência total do castelhano no que diz respeito à ortografia, utilizando como pretexto o costume da sociedade e a urgência da instauração de uma norma, deixando para o futuro as possíveis mudanças que a situação “não permitia”.

No âmbito reintegracionista o artigo de Rodrigues Lapa teve grande impacto, junto com a evolução do pensamento do Prof. Doutor Carvalho Calero convertendo-se este no primeiro catedrático de língua e literatura galegas da história. Junto com isto, também é importante mencionar o posicionamento de diferentes agentes individuais e coletivos como o Grupo de Traballo Galego em Londres ou o Grupo de Roma, sendo fatores determinantes para o movimento.

Esta fratura ideológica baseada no posicionamento sobre a norma alcançou durante esta década um ponto que resultou irreversível até o dia de hoje. Cabe destacar que a pegada iberista de Castelao e o seu apelo às boas relações com a cultura lusitana não foram desvalorizadas de forma frontal pelo galeguismo do interior (fação do galeguismo que não teve de fugir ao exílio) durante muitos anos, exemplo disto foram as relações do Grupo Galaxia com o já mencionado previamente Rodrigues Lapa ou Celso Cunha.

Porém, a situação política daquele momento e aprovação da lei do ensino que criou uma urgência na criação de uma norma fizeram com que a situação tomasse outra direção. Ramón Piñeiro, também previamente mencionado, membro do Grupo Galaxia, apesar de partilhar a vontade de manter uma boa relação com a lusofonia, e de acreditar nas origens comuns das duas línguas, achava utópica a perspectiva de Rodrigues Lapa e dos reintegracionistas. Tendo triunfado a variante posteriormente chamada de isolacionista como referente para elaborar as normas da língua galega, a situação da língua galega e da sua tradição escrita tomou uma direção que se manteve até hoje, e que poderá explicar em grande parte a situação do galego e a posição governamental a respeito do ensino do português. As instituições “oficiais” como foram

o Grupo Galaxia, o ILG e parte da RAG tomaram posicionamento contra a ideologia do filólogo português, que foi apoiado pelo Grupo de Londres e os Irmandinhos (também conhecidos como Grupo de Roma). É importante destacar também que figuras do nacionalismo da época, como Francisco Rodríguez, líder da UPG (Unión do Povo Galego) e a sua autoridade em assuntos linguísticos, formularam algumas críticas à proposta do filólogo português, considerando-a culturalista e individualista. Estamos, portanto, ante uma mudança de centralidades no referente ao discurso de língua, e onde a ideia de unidade linguística galego-portuguesa, anteriormente central no sistema galeguista, passa a ocupar uma posição cada vez mais periférica.

Durante a década de 80, os intelectuais que conformavam a ideologia reintegracionista foram excluídos das elites com poder autorizado. Os partidários da unificação ortográfica começaram a fundar diferentes estruturas organizativas, sendo as primeiras as AS-PG, Associação de Amizade Galiza-Portugal e as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal.

Uma das razões principais do fracasso da norma reintegracionista frente à isolacionista foi a ausência de existência de organizações que defendessem esta postura quando houve a oportunidade de criar uma norma oficial que servisse de referência para o estudo da língua. Por esta razão, a 31 de outubro de 1981 nasceu a Associação Galega da Língua (AGAL). Desde os seus inícios a AGAL centrou o seu trabalho na elaboração de uma série de ferramentas que pusessem em causa a norma isolacionista, mas não só, já que assumiu a centralidade do movimento reintegracionista durante toda a década de oitenta (e provavelmente até hoje), e para além de fazer uma proposta normativa própria, teve uma presença social continuada através dos seus sócios e sócias, da sua revista *Agália* ou das numerosas atividades e publicações.

O reintegracionismo, no entanto, não ficaria reduzido ao âmbito linguístico, surgindo um conjunto de organizações, na sua maioria situadas no espectro ideológico da esquerda independentista.

Como resposta ao medo de certos setores da AGAL de entrarem numa dinâmica excessivamente intelectual e elitista, e de que o reintegracionismo se convertesse num movimento condenado à marginalidade, surgiram, também nesta época, outras organizações que utilizavam a norma reintegracionista, estes grupos foram denominados Grupos Reintegracionistas de Base, e estavam conformados por um

amplo leque de organizações linguísticas e coletivos de diferentes âmbitos. Dentro dos segundos encontravam-se várias organizações de carácter político como foi a Assembleia da Mocidade Independentista (AMI), os Estudantes Independentistas (EI), Primeira Linha, a Federação de Estudantes Independentistas (FER) e posteriormente Briga. Dentro das organizações de carácter linguístico encontramos a Associação Reintegracionista Artábria e o Grupo Reintegracionista Autónomo Meendinho. Este último criou o boletim reintegracionista *Gralha* (1994), que passou de ser exclusivamente um boletim de carácter linguístico, a ser porta-voz das organizações e coletivos de diversos grupos que defendiam o soberanismo galego. Este boletim conseguiu, entre outros, difundir e popularizar a utilização da forma “Galiza” e a sua abreviatura “GZ” graças a uma distribuição massiva de autocolantes para os carros, este facto é importante porque supôs um triunfo para o reintegracionismo, não só como movimento, mas também pela sua influência na configuração de elementos simbólicos assumidos posteriormente pelo nacionalismo maioritário e mesmo por setores não nacionalistas da sociedade galega.

É importante destacar também o trabalho de José Posada, conhecido empresário ourensano que conseguiu que o Parlamento Europeu aceitasse a oficialidade da norma AGAL como variedade do português. Formado por mais de vinte investigadores e investigadores e impulsionado pelo professor Elias Torres, o Grupo Galabra também foi, e continua a ser uma instituição de referência para os estudos nos sistemas culturais galego, luso, brasileiro e africano de língua portuguesa, abordando o relacionamento das culturas da Galiza com outras sociedades com quem compartilham a língua, apresentando diferentes contributos em congressos e revistas internacionais.

Como consequência da falta de meios, facilidades e recursos que outorgam a oficialidade, o repertório de atividades do reintegracionismo girou nalgumas ocasiões em torno de ações de carácter disruptivo, desenhando assim todo um repertório de ações de desobediência civil (boicote a empresas que discriminam o galego, *grafítis*, etc.). É importante destacar este facto, já que muitas vezes o contacto da sociedade galega com a língua portuguesa vem dado através destas reivindicações gravadas nas paredes dos lugares mais diversos da geografia galega. Felizmente para os seguidores do pensamento reintegracionista, outro dos âmbitos de maior penetração da sociedade desta norma foi através da literatura, destacando as seguintes obras: *Origem certa do farol de Alexandria* (1980) de Guisán Seixas, *Scórpio* de Carvalho Calero, que

conseguiu o Premio de la Crítica de narrativa gallega, ou uma obra de José-Martinho Montero Santalha, que foi escolhido por um grupo de hispanistas alemães como uma das vinte obras de narrativa, mais significativas do último quartel do século XX no Estado Espanhol. Atualmente destacam autores como Carlos Quiroga, Raquel Miragaia, Séchu Sende, Teresa Moure, Dionisio Pereira ou Carlos Taibo. Durante os meus estudos secundários (anos 2008-2013), Séchu Sende formava parte do *corpus* literário de leitura obrigatória na maior parte dos liceus de todo o país, o que contribuiu para a normalização desta normativa, além da popularização, graças a sua obra *Made in Galiza* da frase na sociedade galega “eu nunca serei yo”.

A década de 90 finalizará com a eclosão de um debate normativo nos meios de comunicação. A origem deste debate foi o seguinte título do jornal “La Voz de Galicia” (1999): “Nogueira, en portugués en Europa, el eurodeputado del BNG⁴ asegura haber sorprendido en Bruselas y Estrasburgo al propio Mário Soares”. Este título deu lugar a uma série de intercâmbios de artigos no próprio jornal que começaram em setembro de 1999, em que os posicionamentos e os autores eram de procedência heterogénea, existindo posicionamentos reintegracionistas, isolacionistas e intermédios.

Esta repercussão mediática deu lugar a novas propostas de aproximação ortográfica ao português, como por exemplo a do autor Carlos Casares. Durante o ano 2000 o debate esmoreceu como consequência da saída do impulsor do debate, Arturo Lezcano, da redação do jornal. Este debate retoma novamente presença mediática durante o ano 2002, em torno ao processo de reforma normativa que seria oficializada em 2003, e seria denominada “Normativa de concórdia”, ainda que não parece ter sido assim. Mesmo assim, o BNG continuou a defender as propostas clássicas do reintegracionismo, como a inclusão da Galiza na CPLP ou a receção das televisões portuguesas do outro lado da fronteira do Minho.

No ano 2000 nasce o Portal Galego da Língua, sendo uma das ferramentas mais utilizadas para a socialização do reintegracionismo e ultrapassando em número o de muitas páginas *web* oficiais, dentro deste portal pode-se encontrar, entre outros, um Dicionário de Fraseologia, um tira-dúvidas, ou o e-dicionário Estraviz, versão *online* do dicionário mais consultado em galego-português.

⁴ Bloque Nacionalista Galego.

Nestes anos nascem também novos centros sociais, que mantêm a sua atividade até à atualidade, como são a Gentalha do Pichel (2002) em Santiago de Compostela, A Revolta (2003) ou Faísca (2006) em Vigo, e muitos mais em A Corunha, Ourense, Pontevedra, na Límia, Pontearreas, Boiro, Ames...

“Esta época culmina com a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa na Galiza (AGLP), com a sua fundação, o reintegracionismo criava uma instituição que tinha como objetivo servir de interlocutor com outras organizações homólogas no âmbito lusófono. Com a sua fundação, além de cumprir o antigo sonho do Prof. Carvalho Calero, conseguiram criar relações com as principais instituições linguísticas do mundo lusófono: *A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras*. Em 7 de Abril de 2008, a *Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República*, organizou uma Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conferência que contou com presença galega. Apesar do seu breve percurso, a AGLP conseguiu assinar protocolos de colaboração com diferentes entidades da Lusofonia, sendo um dos seus sucessos mais marcantes a entrada de léxico galego no dicionário *Priberam* da língua portuguesa.” (Breve história do reintegracionismo, Tiago Peres Gonçalves, 2014)

5. A LUSOFONIA COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA LINGUÍSTICA

Achei importante fazer esta longa apresentação sobre o conceito de reintegracionismo, porque é necessário para compreender o contexto histórico da relação entre o galego e o português na Galiza e no exterior (por parte da emigração galega, especialmente durante os anos da pós-guerra). Isto é porque a maior parte dos galegos, especialmente os que se consideram galego-falantes (aqueles que utilizam o galego como primeira língua de comunicação na sua vida diária) que o galego e o português fazem parte do mesmo sistema linguístico. Isto leva-me ao ponto seguinte, a lusofonia como ferramenta de construção de ideologia linguística na Galiza, um ponto que, como pudemos ver anteriormente no contexto sobre o reintegracionismo gera bastante polémica dentro da sociedade galega. Bourdieu (1966)

“concebe toda situação linguística como sujeito de análise em termos de mercado, sendo o falante um produtor que põe os seus produtos à venda no mercado para obter um benefício. A escolha do produto (língua) pode estar condicionada por diversas questões, entre elas a formação do sujeito, a situação e formação social, a ideologia linguística (conjunto de crenças sobre as línguas partilhadas socialmente) ... *As ideologias que têm mais sucesso apresentam de jeito mais simples a sua visão do mundo como “natural”, “essencial”, “universal”, “histórica”, “de sentido comum”. Para que aconteçam estes processos de naturalização ou essencialização as ideologias precisam do filtro da linguagem, devem significar-se, transforma-se num discurso culturalmente aceite na vida social* (Thompson, 1993). Em sociedades monolíngues o valor de mercado depende do conhecimento da norma culta, e o seu desconhecimento pode supor a exclusão do “sistema de mercado”, em sociedades bilingues, como é o caso da galega, o risco de exclusão viria do desconhecimento da “língua legítima”, neste caso o espanhol. Esta língua baseia o seu poder na oficialidade, normatização, a posse de uma gramática, dicionário, e perpetua o seu poder através do sistema escolar.” (Fonte: <https://quilombonoroste.wordpress.com/2017/01/09/a-construcao-do-galego-legitimo-identidades-e-ideologias/>).

Tendo em conta que o galego faz parte do sistema escolar desde os anos 70, surge outra questão, novamente ligada à questão da escolha ortográfica e da aprendizagem do português, será que o governo central do Estado espanhol tem medo de que os galegos aprendam português? Ou de que o galego seja considerado como uma variedade do português que lhes permita uma comunicação mais fluida com o povo vizinho e com todos os elementos conformadores da lusofonia? O galego é o elemento de maior valor cultural que identifica o povo galego, mas também faz parte do diassistema lusófono. Não entrarei no debate normativo galego, mas é evidente que existe uma intercompreensão dentro deste diassistema, em que os galegos, fazendo parte dele poderiam comunicar com mais de 200 milhões de falantes de português, e um total de mais de 700 milhões, já que também fazem parte do sistema hispanófono. Estas vantagens poderiam ver-se acentuadas com a aprendizagem do português de forma mais sistemática, abrindo a porta a um conhecimento cultural maior, a um poder económico mais forte e a uma projeção internacional. Este debate pode ver-se acentuado ou reavivado pela instauração do Novo Acordo Ortográfico dentro da CPLP (em que o *Consello da Cultura Galega* foi admitido como observador consultivo em 2014)⁵, já que dentro da lusofonia também existe um grande debate sobre a adoção de uma ortografia comum (padrão) para toda a área lusófona, com opiniões muito divergentes sobre o assunto, certos investigadores brasileiros adotaram uma posição muito marcada sobre a soberania linguística, defendendo que a sua variedade do português constituía, atualmente, uma língua diferenciada do chamado “português continental”. Bagno (2018), por sua vez, com base na consideração do galego - e não do latim - como a origem do português e a distinção de características fonético-fonológicas e morfossintáticas específicas, mantém a tese de que o português brasileiro e o português europeu são dois sistemas linguísticos distintos que devem ser objeto de políticas linguísticas diferenciadas.

Em contraste, Oliveira (2013a, 2013b: 69), situada noutra perspetiva, assinala que a normalização divergente - português europeu e brasileiro - é cada vez mais disfuncional à medida que as línguas tendem a tornar-se mais centrais no mundo de hoje. Da mesma forma que surge o debate dentro da lusofonia “oficial”, também

⁵ A nova função fez com que a Galiza pudesse estar presente nas reuniões temáticas da entidade, estabelecer vínculos com esta rede de Estados e servir de ligação permanente entre a entidade e a cultura e a língua galegas.

acredito que seria possível que a questão galega entrasse dentro deste debate, e que poderiam existir pontos em comum entre todas as normas, e, assumindo que falamos de diferentes variantes do mesmo sistema, elaborar uma norma comum que não seja produto de uma forma central ou única de língua, mas sim de pontos gerais de gestão e de deliberação.

Em conclusão, a conceção do galego como parte da lusofonia forneceria à língua um *status* de que atualmente carece. Dentro da intercompreensão que existe dentro das línguas latinas, o galego e o português são as que têm mais alto nível de compreensão (raiz, vocabulário e sistema vocálico comum). Esta conceção do galego circunscrito dentro da lusofonia está altamente ligada à aprendizagem do português, e formam parte de uma ideologia linguística muito marcada, mas que é evidente que não interessa ao governo central espanhol e, provavelmente, tenha sido uma das razões centrais da falta de promoção da aprendizagem desta língua na Comunidade Autónoma da Galiza. Além da presença galega na CPLP é importante destacar a existência de outros organismos, de carácter não linguístico, como é a existência da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, que conta com uma sede na capital galega. Desta forma também não nos é estranho ouvir português nas ruas da Galiza, ou observar cartazes dirigidos aos turistas em português (muitas vezes antes do que em espanhol).

6. LÍNGUAS COOFICIAIS NO ESTADO ESPANHOL E A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS NA ESPANHA.

Em todo o Estado espanhol é oficial o castelhano como língua oficial do Estado, sendo cooficiais o galego na Galiza, o catalão e o aragonês em Catalunha, também o catalão nas ilhas Baleares e o euskera ou basco no País Basco e parte de Navarra, e o valenciano em Valência, deixando o asturiano (entre outras como o cantábrico) sem oficialidade ou cooficialidade no marco das línguas do Estado espanhol.



Mapa da evolução linguística no sul da Europa.

Fonte: [Alexandre Vigo](#)

Este mapa oferece uma visão sobre a evolução das línguas no sudoeste europeu, por uma parte para ter uma visão gráfica ao longo do tempo das línguas (especialmente na Península Ibérica), as quais não dependiam forçosamente da adesão de um território a um reino. Este mapa também nos serve para desconstruir a concepção de nação-língua-Estado.

Neste contexto a pergunta seria, qual é a situação do português dentro das fronteiras do Estado espanhol? Surpreendentemente a língua portuguesa encontra-se presente para além das fronteiras de Portugal dentro da Península Ibérica. Podemos afirmar que em Espanha fala-se português na Galiza (como idioma galego, ou como variedade dialetal galega), na faixa ocidental das Astúrias (como galego-asturiano), na parte ocidental da bacia do rio Sil, na região e arredores de Lubián, Ermesende, na comarca de Seabra (Zamora) e nas aldeias em seu redor, isto tudo dentro da ótica do sistema linguístico galego-português.

Outros lugares em que se reconhece a utilização do português são: Rihonor de Castilla (fala mista de transição), São Félix dos Galegos e Fregeneda (cuja toponímia denota vestígios galego-portugueses), Almedilha (Salamanca), Bouça (também em Salamanca, mas desaparecido durante o século XIX), no Vale do Xálima em três municípios conhecidos como “os três lugares”: São Martinho de Trelvelho (variedade denominada “fala de Xálima”), Elhas e Valverde do Fresno, todas no noroeste da Extremadura espanhola, encontram-se também vestígios de português na comarca de Alcântara, concretamente em Ferreira de Alcântara (variedade dialetal chamada “ferrenho”), em Santiago de Alcântara (só em expressões) e em Valença de Alcântara, e finalmente também em Ceuta.

O português falado na Espanha não tem nenhum estatuto ou mecanismo de proteção por parte do governo espanhol, nem dos governos regionais de Castela e Leão e Extremadura, e não conta com o apoio do governo português. Como consequência, o uso do português nestes territórios, muitas vezes dialetal e em perigo de extinção, está sendo gradualmente substituído pelo castelhano numa sociedade que se encontra numa situação de forte diglossia e que foge do conflito de identidade, abandonando assim a língua portuguesa em favor do castelhano. (Os dados presentes neste parágrafo e no anterior foram retirados de: “A língua portuguesa na Espanha” Wikipédia, a enciclopédia livre”).



Mapa dos territórios em que se fala português fora da fronteira política da República Portuguesa. Adaptado de: Informação retirada de: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_portuguesa_na_Espanha.

Tendo em conta os dados que foram apresentados previamente, acredito que seja pertinente realizar uma análise do estudo da língua portuguesa no sistema educativo espanhol, mas, como indica o Professor Xurxo Fernández Carballido no seu artigo *A situação atual do ensino da língua portuguesa na Galiza*. (Diacrítica vol. 27 n.º 1, Braga, 2013)

“a obtenção de dados é muito complexa, já que cada Comunidade Autónoma conta com competências em matéria de educação, e as Embaixadas de Brasil e Portugal (aquelas que poderiam contar com mais dados sobre a questão) não publicam dados ou relatórios anuais sobre o ensino do português na Espanha, o que provoca uma maior dificuldade para obter dados congruentes sobre o

assunto, e como consequência, realizar uma planificação baseada em dados atualizados e fidedignos”.

A única instituição que publica relatórios de forma metódica e com dados atualizados sobre a situação do ensino na Comunidade Autónoma em questão, é a Junta de Extremadura, o resto das comunidades não realiza este tipo de relatórios, e quando o faz costumam tratar os dados ou modificá-los (incluindo ou excluindo alguns) para reforçar ou rejeitar certas decisões sobre política linguística e educativa. Este é o caso da Galiza, porém, podemos contrastar os dados disponíveis sobre os estudantes de português, e contrastá-los com os da Extremadura, e a diferença continua a ser substancial.

Os dados são do curso 2008-2009, mas o contraste com a situação atual continua a ser extremamente forte tendo em conta por uma parte o envelhecimento da população da Extremadura, a diferença de população (1 milhão de habitantes na Extremadura e (2 milhões 700 mil na Galiza – 2 milhões 300 mil na altura), o número naquele curso académico foi de 18 mil estudantes de português no ensino secundário na Extremadura face a 620 alunos na Galiza. Hoje, e após a implementação da Lei Valentín Paz Andrade, a cifra aumentou, mesmo assim, o número de estudantes de português na Extremadura continua dobrando o da Galiza.

Os territórios fronteiriços de todo o mundo costumam potenciar o estudo das línguas do outro lado das fronteiras, é o caso das zonas não germânicas da Bélgica, de França, dos Países Baixos, ou entre os países nórdicos, de Portugal com o espanhol, e até de algumas zonas da Espanha, como podem ser o País Basco e Catalunha com o francês, ou até das ilhas Baleares ou Canárias com o alemão (consequência do alto número de turistas desta nacionalidade nas ilhas).

Como já foi explicado previamente, esta escolha é maioritariamente de interesse económico, ainda que logicamente também possa ter alguma vantagem cultural e social. O que acontece com o português vem contrariar esta tendência de ensino das línguas em comunidades transfronteiriças, já que de entre as comunidades que partilham fronteira com Portugal: Galiza, Castela Leão, Andaluzia e Extremadura, só a última promove de forma real e comprometida o ensino do português.

Segundo a tese de doutoramento do Prof. Doutor Xurxo Fernández Carballido (2019) (a mais completa e uma das poucas obras de investigação sobre este tema),

“algumas medidas para promover o plurilinguismo (considerando-o imprescindível para a população estremenha) e o ensino e estudo do português através do programa *Linguaex* na Extremadura foram as seguintes:

- Generalização do ensino de uma língua estrangeira, de preferência inglês, desde os três anos de idade.
- Ensino de duas ou mais línguas estrangeiras desde os três anos de idade.
- Projetos de inovação educativa no ensino de línguas estrangeiras.
- Ensino de uma segunda língua estrangeira para os estudantes do terceiro ciclo do ensino básico.
- Desenvolvimento de sessões bilingues, concebidas não só como ensino da língua estrangeira, mas na língua estrangeira.

Neste mesmo Plano estabelece-se que o ensino e o conhecimento da língua portuguesa devem ser uma prioridade no sistema educativo estremenho:

El creciente desarrollo de relaciones sociales, económicas y culturales con nuestro vecino Portugal, aconsejan otorgar un lugar privilegiado a la enseñanza aprendizaje de esta lengua. (Junta de Extremadura. Plano Linguaex 2009-2015, 2008: 15).”

Cabe sublinhar também o facto de esta Comunidade Autónoma contar com aulas de língua e cultura portuguesa em centros de educação infantil e primária. Esta iniciativa começou dado o número elevado de estudantes de origem portuguesa nas zonas da *raia*, formando parte da mesma oito centros educativos. Hoje já faz parte da rede oficial portuguesa de cursos de ensino no estrangeiro.

Outras iniciativas da Junta da Extremadura assinaladas por Fernández Carballido são:

- “ • Convocatórias de vagas de professores para todos os níveis educativos no ensino obrigatório e nas escolas oficiais de idiomas, centros públicos para o ensino de línguas para adultos com grande tradição e muito prestigiados no Estado espanhol, na formação profissional e educação a distância.
- Larga presença de cursos de português no ensino não-formal, os popularmente conhecidos como “cursillos”, para empregados em formação continua ou para desempregados à procura de novas oportunidades,

associações de empresários, sindicato de trabalhadores, associações culturais, profissionais, de mães e pais, etc.

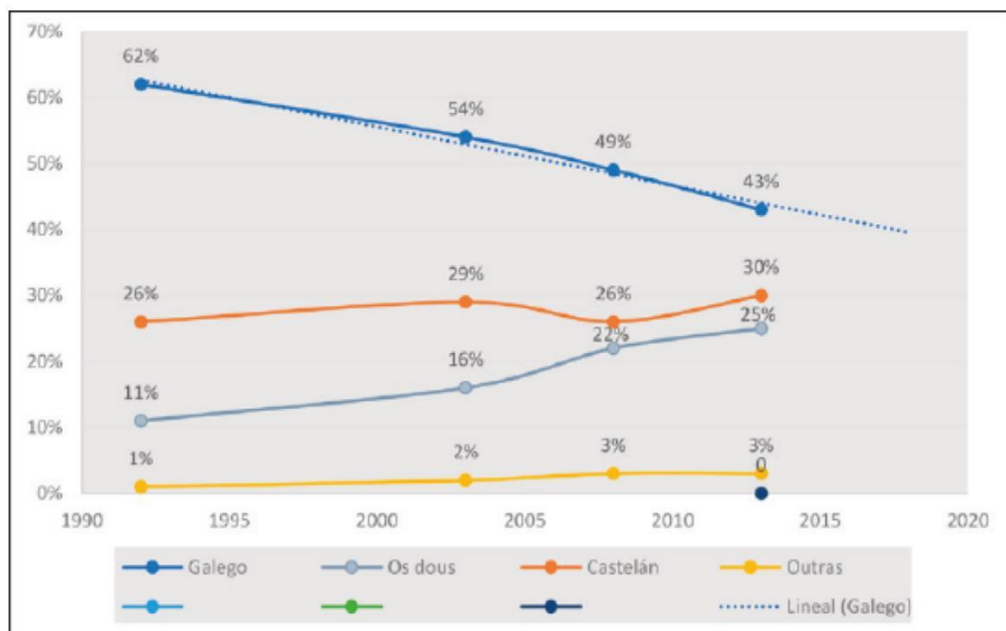
- Bolsas para auxiliares linguísticos e de conversa.
- Projetos de intercâmbios escolares entre alunos portugueses e estremenhos.
- Promoção de programas escolares de imersão linguística.
- Itinerários formativos para os professores de língua portuguesa através do *Programa de apoyo a las lenguas extranjeras (PALE)*, um convénio formativo entre o *Ministerio de Educación* espanhol e as *consejerías* de educação das comunidades autónomas.
- Bolsas para a realização de cursos de idiomas no estrangeiro.
- Subsídios e aconselhamento para a formação contínua no quadro dos programas educativos europeus, como por exemplo o *Programa Comenius* ou *Programa Grundtvig*.
- Atividades de formação para a elaboração de materiais curriculares e apoio financeiro à publicação de materiais de todo o tipo.
- Aposta pelas tecnologias educativas *online* para benefício da comunidade educativa e da sociedade no seu conjunto, assim como apoio à elaboração de conteúdos educativos digitais.
- Ações de formação para a coordenação do professorado implicado em projetos linguísticos.
- Ações de formação linguística e de consciencialização sobre a importância da língua portuguesa para os docentes quer de disciplinas linguísticas, quer de cadeiras não linguísticas.
- Consciencialização social da importância para o porvir da Extremadura do conhecimento da língua portuguesa, com publicidade institucional, como por exemplo com o lema “Aprende portugués. Te abrirá muchas puertas”, ou através de protocolos com os meios de comunicação estremenhos para a elaboração de produtos comunicativos que ponham em destaque a importância de aprender português, com programas de televisão de temática específica transfronteiriça na televisão pública autonómica, como o programa

“En la Raya”, com espaços no rádio, difusão de várias rádios autonómicas ou locais, ou a presença nos jornais à volta da temática luso-estremenha.”

As medidas tomadas por parte da Junta de Extremadura são claramente ambiciosas, mas deram o seu resultado. Uma boa planificação linguística, inversão nos recursos, promoção nos meios de comunicação (rádio, televisão, redes sociais, etc.), permitiram à Extremadura colocar-se como primeira Comunidade Autónoma em número de estudantes de português da Espanha. É um claro exemplo de como uma boa planificação linguística pode dar resultados extraordinários, podendo ser contrastados com os dados provenientes de Comunidades Autónomas como a Galiza com condições muito mais favoráveis, tanto em proximidade linguística, cultural, social, em número de habitantes e até em recursos económicos.

7. A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA ATUAL NA GALIZA

Nos últimos dias de 2022 foi publicada a notícia de que já havia mais falantes que usavam o espanhol de forma habitual do que o galego, situação que vinha sendo prevista pelos especialistas desde longa data, mas ignorada por parte dos dirigentes do governo galego nos últimos anos. Um dos pontos de inflexão foi a chegada em 2008 do anterior presidente da Xunta ao governo, Alberto Núñez Feijóo, que retirou horas de galego do plano docente e obrigou a que o ensino das ciências e matemáticas fosse feito em espanhol (no discutido decreto do plurilinguismo), retirando *status* à língua galega. Outras políticas que afetaram foram a retirada de programação, especialmente infantil, da televisão pública galega (a TVG). A isto é preciso somar a atitude de desleixo que têm apresentado os dirigentes do Partido Popular (governo atual à frente da Xunta de Galiza) no que respeita à língua, não fazendo nenhum esforço para falar em galego, ou fazendo-o de forma incorreta, além de ter reconhecido, ou ter sido apanhado em aparições públicas, a sua ignorância com respeito à literatura galega, concretamente sobre a obra de Rosalía de Castro, provavelmente a escritora mais emblemática e conhecida na Galiza (cabe destacar que a sua obra é estudada repetidamente durante todo o percurso da educação obrigatória).



Evolución da lingua inicial da poboación galega de 15 ou máis anos © RAG

Gráfico da evolução da língua galega entre 1990 e 2020 (fonte: RAG)

Voltando à teoria da língua como produto de mercado, foi provado que as crianças galego-falantes perdem 10% quando entram no infantário, outros 10% quando entram na escola primária e outros 10% quando entram na escola secundária. O *status social* da língua é muito importante durante os primeiros anos de vida, já que as crianças estão a criar a sua personalidade, e a língua é o meio de comunicação que possuem, e resulta determinante para a definição da mesma. Quando encontram contínuas dificuldades, são continuamente vítimas de escárnio, e não encontram recursos na sua língua própria, vão-se adaptando para manter uma posição dentro da sociedade, assumindo desde crianças uma posição de diglossia. É o caso da maior parte das crianças galegas, e foi o meu próprio até os 17 anos.

Embora procedente de uma família galego-falante, e com recursos televisivos que já praticamente não existem (programação em galego para crianças, contando com o conhecidíssimo programa na Galiza “Xabarín Club”, ferramenta normalizadora da língua que serviu a maior parte das crianças nascidas nos anos 90 a ter um contacto “normalizado” com a língua), o facto de ninguém falar em galego na minha turma desde criança, parte da minha família falar em espanhol, e viver numa cidade altamente castelhanizada (Vigo) fez com que até aos 17 anos, ajudada pela mudança para a capital galega (em que a maior parte da população fala em galego), que comecei a falar unicamente em galego (na Galiza). Este é um exemplo que ilustra a situação de muitos jovens na Comunidade Autónoma.

Muitas vezes é preciso uma mudança de ambiente e de círculos sociais para realizar esta mudança, que não é tão simples como parece. Para além de a pessoa estar a fazer um esforço para comunicar com outra pessoa que não está a falar na mesma língua e responder na própria língua (apesar dos dois perceberem as duas línguas), os prejuízos continuam a ser muitos, e os comentários que as pessoas que decidem expressar-se na língua cooficial da região têm de sofrer este tipo de comentários e discriminação no seu dia a dia. Existe uma linha de apoio para denunciar este tipo de atitudes, liderada pela *Mesa pola Normalización Lingüística*, instituição que zela pela normalização da língua. Nos últimos anos tem lutado por uma recuperação e maior presença do galego no audiovisual, no ensino e nas redes sociais, tendo tido como vitórias por exemplo, a inclusão de legendas em galego em várias séries em plataformas como a Netflix, que o Twitter estivesse também disponível em galego, ou que o site da IKEA pudesse ser visitado também nesta língua.

Da mesma forma que foi observado antes, a criação da identidade galega, altamente ligada à língua, também pode estar ligada ao posicionamento da língua galega dentro de um sistema maior, a lusofonia. A regressão da utilização do galego, portanto, estaria interligada com o interesse e as motivações para estudar português.

Sobre este assunto também é importante questionarmos a oferta linguística disponível nos centros de ensino, especialmente primário e secundário, em que o inglês e o francês são as línguas de preferência, existindo alguma vez oferta de alemão, e praticamente nunca de português. Se falamos em termos de consenso universal sobre as línguas francas, é óbvio que o inglês aparecerá em primeiro lugar, mas o francês continua a ocupar o segundo, pelo menos no mundo ocidental, apesar do número de falantes ser muito menor do que por exemplo os de português.

8. O PADRÃO LINGUÍSTICO DO GALEGO E O PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) NA GALIZA

Já foi explicado previamente o processo de construção do padrão linguístico da língua galega, e a sua relação com o abandono ou marginalização de correntes consideradas “lusistas” de escrever e de conceber a língua. Esta tomada de decisões, influenciada pelo governo central e por certas fações do galeguismo que consideravam esta corrente “perigosa”, influenciaram fortemente e impactaram as decisões e políticas com respeito ao ensino do português na Galiza. Este conflito normativo deriva na crença de que a aprendizagem da língua possa ser uma ameaça para os defensores da norma isolacionista, mas também para os setores que acreditam que a integração do galego no sistema linguístico lusófono pode reforçar o ideário nacionalista galego, ou no mínimo dar poder à sociedade galega, abrindo-lhe portas no âmbito económico, político e social.

Diferenças ortográficas entre as duas normas

Norma AGAL (ou norma padrão portuguesa)	Norma ILG-RAG (mais castelhanizada)
nh	ç
lh	ll
ç	z
ss	n
j	s
ge, gi	x

Exemplos de utilização de palavras originalmente galego-portuguesas em contraposição a palavras de origem espanhola:

- ciúmes vs. celos
- gabar vs. adular
- gume vs. filo
- leilão vs. subasta

- leme vs. timón
- segunda-feira vs. luns
- lâmpada vs. bombilla
- talheres vs. cubertos
- cartola vs. chistera
- greve vs. folga
- painel vs. salpicadeiro
- maçarico vs. soplete
- candeeiro vs. farola
- união de facto vs. parella de feito
- roteiro vs. rueiro
- surto de gripe vs. brote de gripe
- andar modelo vs. piso piloto
- desenvolvimento sustentável vs. desenrolo sostible

As primeiras formas correspondem ao atual padrão português, mas existem também, ou existiram, ou fazem sentido evolutivamente no padrão do galego atual. Quase todas estas formas existiram na língua galega, mas foram-se perdendo em detrimento de formas castelhanas, em muitas ocasiões realizando traduções de forma literal de expressões e palavras para as quais já existia uma denominação. Isto supôs também a perda de formas tradicionais, como a denominação dos dias da semana (feiras).

Os nossos pais ainda se lembram dos seus avós utilizarem este tipo de denominação, sendo-lhes completamente estranha a denominação atual (copiada do castelhano), já que a conceção do mundo e da organização do tempo da sociedade da altura estava refletida nesta forma tradicional de nomear os dias da semana.

Outra problemática dentro do ensino do PLE é que existem setores reintegracionistas que não concebem o português como língua estrangeira que deveria ser estudada dentro do sistema educativo galego.

Como podemos observar o estudo do português na Galiza não se pode analisar simplesmente como o estudo de qualquer língua estrangeira dentro de um Estado neutral, já que o PLE tem vindo a fazer parte do jogo político e linguístico da Galiza desde há séculos. Porém, se se pretende ter sucesso na criação de uma política linguística sólida e na promoção do estudo da língua, é necessário fazer uma aproximação linguística deixando de lado o conflito normativo e indo ao encontro das necessidades dos alunos.

Atualmente existe uma dicotomia profundamente arraigada no ideário galego. De uma parte assume-se o conhecimento do português sem necessidade de ser estudado, o que leva as pessoas a ações como realizar a escolha do português (face ao inglês) em exames nacionais de ingresso na universidade sem ter estudado português previamente, ou a escrever artigos, dar conferências, palestras, ou simplesmente falar com pessoas de além Minho sem nenhum tipo de interferência comunicativa (excetuando alguns falsos amigos); mas de outra parte temos o preconceito normativo, que faz com que a maior parte da população não considere o galego dentro do sistema linguístico da lusofonia.

Apesar disto, em 24 de março de 2014 promulga-se uma lei que parecia dar alguma esperança à situação do ensino do português na Galiza, a lei Valentin Paz Andrade, que rezava o seguinte:

“No actual mundo globalizado, as institucións galegas, comprometidas co aproveitamento das potencialidades de Galicia, deben valorizar o galego como unha lingua con utilidade internacional, algo que indicou no seu debido tempo o autor a quen foi dedicado o Día das Letras de 2012, que chegou a exercer como vicepresidente da Comisión Galega do Acordo Ortográfico da Lingua Portuguesa.

O portugués, nacido na vella Gallaecia, é idioma de traballo de vinte organizacións internacionais, incluída a Unión Europea, así como lingua oficial de nove países e do territorio de Macau, na China. Entre

eles figuran potências económicas como o Brasil e outras economías emerxentes. É a lingua máis falada no conxunto do Hemisferio Sur.

É preciso fomentar o ensino e a aprendizaxe do portugués, co obxectivo, entre outros, de que empresas e institucións aproveiten a nosa vantaxe lingüística, un valor que evidencia a importancia mundial do idioma oficial dun país veciño, tendo en conta tamén o crecente papel de bloques como a Comunidade dos Países de Lingua Portuguesa.

A lingua propia de Galicia, polo feito de ser intercomprensible co portugués, outorga unha valiosa vantaxe competitiva á cidadanía galega en moitas vertentes, nomeadamente na cultural pero tamén na económica. Por isto debemos dotarnos de métodos formativos e comunicativos que nos permitan desenvolvernos con naturalidade nunha lingua que nos é moi próxima e nos concede unha grande proxección internacional.

Polo tanto, para a mellora do desenvolvemento social, económico e cultural galego, as autoridades deben promover todas cantas medidas sexan posibles para mellor valorizar esta vantaxe histórica.

Por todo o exposto, o Parlamento de Galicia aprobou e eu, de conformidade co artigo 13.2 do Estatuto de Autonomía de Galicia e co artigo 24 da Lei 1/1983, do 22 de febreiro, reguladora da Xunta e da súa Presidencia, promulgo en nome de El-Rei a Lei para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonía.”

Oito meses depois da promulgação desta lei, o número de liceus que tinham adotado o ensino do português tinha aumentado em 8, contando com 32 centros em total em todo o território da Comunidade Autónoma galega, abrangendo um total de 861 estudantes no ensino secundário. O número de pessoas que estudavam a língua no ano 2014 aumentou para 1122, duplicando a cifra do ano anterior (cabe destacar a cifra da Comunidade Autónoma de Extremadura, que contava com 10 000 estudantes já no ano 2011). Aliás, no curso académico seguinte quatro centros chegaram a contar com secção bilingue em português.

Para a formação de professores de português foram assinados acordos com o Instituto Camões (já que muitos dos docentes na altura, apesar de ser licenciados em línguas românicas, ou em galego-português, não tinham as competências, ou quando menos tinham falta de prática e de material didático). Mas já em dezembro desse mesmo ano, começaram as denúncias contra a falta de promoção da lei e, portanto, do ensino do português. A falta de estratégia e de planificação já eram evidentes oito meses depois da publicação da lei. Nos anos seguintes as notícias sucederam-se com cabeçalhos semelhantes, falta de professores, falta de vagas para professores, falta de oferta, grupos de alunos que não eram suficientemente grandes para lecionar e novamente, falta de estratégia.

A falta de corpo docente fez com que, além de nos jornais da Galiza, até o portal do ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa (IUL) publicasse em 2021, divulgando informação da mão da Associação Professores de Português na Galiza (DPG), um pedido de abertura de mais vagas para professores de língua portuguesa em todas as convocatórias de concurso público para o nível secundário. Nesta altura, o número de estudantes de português já tinha aumentado para 5000 (sendo, todavia, duplicado pelo número da Extremadura, 10 000), no secundário nesse ano foram contratados apenas 12 professores de português para os mais de 73 centros educativos dependentes do governo onde se estudava a matéria durante esse ano escolar.

Após ter dado o contexto político-social do PLE na Galiza, passarei a analisar a sua presença em cada nível de ensino.

9. A PRESENÇA DO PORTUGUÊS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO

9.1 A presença do português no Ensino primário (básico) entre 2011 e 2021

Da mesma forma que acontece na Extremadura, na Galiza também existe um programa, altamente desconhecido, denominado *Programa de Língua e Cultura Portuguesa*, previamente chamado *LALO* (Língua de adaptação/língua de origem). As diretrizes do programa de cooperação entre Espanha e Portugal rezam o seguinte:

O Programa de Língua e Cultura Portuguesa é um programa de divulgação da língua e cultura portuguesas que se realiza em escolas espanholas com um duplo objetivo: promover a integração de estudantes de origem portuguesa e dar aos estudantes de outras nacionalidades a oportunidade de aprenderem sobre a cultura e língua portuguesas.

O Programa de Língua e Cultura Portuguesa faz parte da Cooperação Institucional entre Espanha e Portugal em matéria educativa e cultural. Tem a sua origem no Instrumento de Ratificação do Acordo Cultural entre Espanha e Portugal, assinado em Madrid a 22 de Maio de 1970 (BOE de 3 de Setembro de 1971), e nas recomendações da União Europeia, especialmente na Diretiva 77/486/CEE do Conselho de 25 de Julho de 1977 relativa à educação dos filhos dos trabalhadores migrantes.

Este programa é atualmente desenvolvido em colaboração entre o Ministério da Educação e Formação Profissional, o Instituto Camões e as sete Comunidades Autónomas que implementam o programa: Principado das Astúrias, Castela e Leão, Catalunha, Extremadura, Galiza, Madrid e Navarra.

Tendo em conta esta informação, é importante contrastá-la com a evolução dos dados que consegui encontrar sobre o estudo do PLE no ensino básico, em que em 2011 havia 972 alunos distribuídos em 9 escolas na província de Ourense, e 433 na

província de Pontevedra, distribuídos em 2 escolas, neste caso o único concelho raiano no que se estudava PLE era o concelho minhoto de Tominho, o resto eram concelhos que não partilhavam fronteira com Portugal, porém, tratava-se de concelhos com um alto número de emigrantes portugueses (cabe destacar também a emigração brasileira e cabo-verdiana nos últimos anos, o que fez também aumentar os números de lusofalantes na Galiza). Outro dado interessante é que a maior parte das escolas em que se ensina português estão inseridas no *Programa de Língua e Cultura Portuguesa*, razão que pode explicar a ausência de vagas nas províncias de A Corunha e Lugo (sem fronteira com Portugal e com menos tradição migratória com o país vizinho).

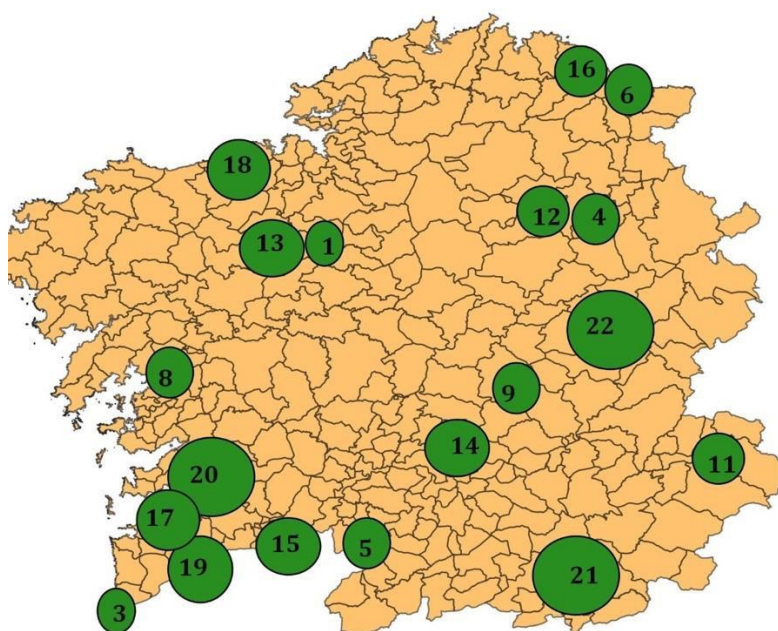
Os últimos dados obtidos correspondem ao ano 2021, em que o número de alunos tinha descido para 1.016, um retrocesso surpreendente tendo em conta a aprovação da lei Valentín Paz Andrade em 2014, e o impacto que esta devia ter tido no aumento do número de estudantes.



Mapa da distribuição dos alunos de português no ensino primário em 2011, adaptação da fonte: Camões IP e Carballido: 2012.

9.2 A presença do português no Ensino secundário entre 2011 e 2021

É interessante observar a falta de continuidade no estudo de português entre o ensino básico e o secundário, de forma especialmente marcada na província de Ourense, porém os dados são muito mais esperançosos neste nível de estudos, já que a sua presença se estende às quatro províncias galegas: A Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, e os números são muito mais elevados. Cabe destacar o número de estudantes na cidade de Vigo, que em 2010 já se elevavam a mais de 100, distribuídos em dois liceus. Todavia, os números são relativamente baixos tendo em conta o tamanho da cidade. A presença de estudantes na raia pontevedresa continua a ser a mais elevada, sendo o único lugar onde é possível a presença de uma certa continuidade no ensino (apesar de não coincidir os concelhos em que se ensina português no ensino básico e no secundário).



Mapa do ensino do português no nível secundário em 2011, adaptação da fonte: Camões IP e Carballido: 2012.

A evolução desta situação tem sido positiva já que em 2017 o número de alunos era de 2.678 entre ensino primário e secundário (dado que é importante contrastar com o

do resto da Espanha, em que o número de alunos se elevava a 24.344). Porém, em 2018 houve uma queda, já que o número de estudantes caiu até 2.149, e passou de ser lecionado em 65 centros a só 60.

“Dos sessenta centros, cinquenta e oito eram públicos e dois privados, em quatro dos sessenta centros só houve um/a aluno/a por sala de aula e sete dos centros concentraram o 40% do alunado, os centros eram os seguintes: o IES San Clemente de Compostela (193), o IES de Cacheiras en Teo (93), o IES Dionisio Gamallo de Ribadeo (127), o IES A Sangriña da Guarda (118), o IES do Barral de Ponteareas (116), o IES Ánxel Fole de Lugo (93) e o IES de Melide (96)” (Carballido, 2012).

É importante observar a evolução face o ano 2011 (ver mapa) em que a maior parte dos estudantes se concentravam na zona de Vigo, neste caso a área de Santiago de Compostela tem predominância, aparecendo números muito elevados em centros do norte da Galiza (portanto zonas não fronteiriças) como é o caso de Ribadeo, Lugo, Melide e também os de Santiago de Compostela e Teo. Mantém-se, porém, a presença nas zonas raianas de A Guarda e adicionando um centro em Ponteareas. Nesse mesmo ano (2018) o número de estudantes em Extremadura foi de 9.000 alunos no ensino obrigatório.⁶

Em 2021 os números aumentaram até um total de 3.897 estudantes distribuídos em 75 centros educativos, o que supôs um aumento de 482 alunos com respeito ao ano anterior (2020). O incremento do número de estudantes desde a implementação da lei Valentín Paz Andrade até 2021 foi de um total de 3.036.⁷

No ano 2021 a cifra de estudantes de português na Galiza continuava a ser metade do da Extremadura, em que o número já se tinha elevado a 10.000. Este ano foi, contudo, positivo para o ensino do português no secundário na Galiza,

“já que no marco de cooperação entre a Xunta da Galiza e o Camões IP, iniciou-se a implementação do programa Camões Júnior, em que alunos do secundário (Educación Secundaria Obrigatória - ESO e Bacherelato), poderão realizar o exame homónimo que permite avaliar a competência global em língua portuguesa

⁶ Fonte: <https://praza.gal/cultura/o-numero-de-centros-nos-que-se-imparte-portugues-descendeu-neste-curso-en-galicia>.

⁷ <https://www.nosdiario.gal/articulo/lingua/galiza-conta-coa-metade-estudantes-portugues-que-extremadura/20211217150946134257.html>

e obter o nível de competência correspondente no Marco Comum Europeu de Referência para as Línguas (MCER), desde o A1 até o B1.

Na Estremadura, desde a assinatura do primeiro Memorando de Entendimento com Portugal em 2009, o aumento do número de estudantes tem sido exponencial. Em dados de 2019, e no âmbito do chamado Plano Portugal, 36 professores ensinam português a cerca de 8.400 estudantes no ensino primário de 55 escolas da Estremadura; e do Programa de Língua e Cultura Portuguesa, no qual participam 3.200 estudantes do ensino primário e secundário de 25 escolas e liceus, e que conta com 12 professores portugueses. Além disso, o ensino do português desempenha um papel importante no ensino pré-universitário. Três centros têm uma secção bilingue em português.

Como dado adicional, 82 escolas ensinam português como segunda ou terceira língua estrangeira. No total, 10.600 estudantes estudam português nestas escolas, uma língua que é ensinada por 139 professores. Para além destes, há 1.660 estudantes a estudar português nas 9 Escolas Oficiais de Idiomas (EOI) e nas 7 salas de aula filiadas. Quase 200 deles estavam a estudar no ano 2021 no nível C1, introduzido no ano académico de 2018/19.” Fonte: <https://www.nosdiario.gal/articulo/lingua/galiza-conta-coa-metade-estudantes-portugues-que-estremadura/20211217150946134257.html>)

No liceu Rosalía de Castro de Santiago de Compostela (capital da Comunidade Autónoma da Galiza), um dos centros de maior tamanho da cidade, os dados sobre os estudantes de português entre os anos escolares 2015/2016 e 2022/2023 foram os seguintes:

Ano académico	1.º ESO	2.º BACH
2015/2016	113	Não oferecido
2016/2017	111	Não oferecido
2017/2018	105	35
2018/2019	108	27
2019/2020	106	16
2020/2021	104	13
2021/2022	104	8
2022/2023	Não oferecido	10

O diretor do centro afirma desconhecer qualquer tipo de promoção do estudo de português por parte da Xunta da Galiza, e que no seu centro é o professor de língua galega quem leciona português, já que a lei assim o permite.

Os números são bastante elevados por se tratar de um centro de ensino secundário, 1.º da ESO (Educação Secundária Obrigatória) corresponde-se com o sétimo ano, e 2.º BACH (bacharelato) corresponde-se com o décimo segundo ano no sistema educativo português. Porém, a tendência é descendente, e novamente vemos como a falta de promoção tem um impacto negativo nos números.

9.3 A presença do português no Ensino Universitário entre 2011 e 2021

Existem três universidades públicas na Galiza, a Universidade de Vigo (UVigo), a Universidade da Corunha (UDC) e a Universidade de Santiago de Compostela (USC). A Universidade de Vigo conta com campus em Vigo, Ourense e Pontevedra, a de A Corunha em A Corunha e em Ferrol, e a de Santiago de Compostela em Santiago e em Lugo. As três estão inseridas no plano Bolonha, contam com Centros de Línguas Modernas (dos que hei de falar mais em detalhe no ponto seguinte) e contam com estudos de português em diferentes níveis de ensino. Todos os denominados “Graus” são equivalentes a nível europeu a licenciaturas, só que em Espanha contam, no mínimo, com quatro anos de estudos.

Universidade de Vigo:

- Conta com o *Grau de galego e espanhol* em que se cursam duas cadeiras semestrais de português obrigatório durante o primeiro curso.
- *Grau de Tradução e Interpretação* em que é possível estudar várias cadeiras de tradução e de interpretação de português/galego e português/espanhol, mas não é possível escolher o português como primeira língua do curso de tradução.

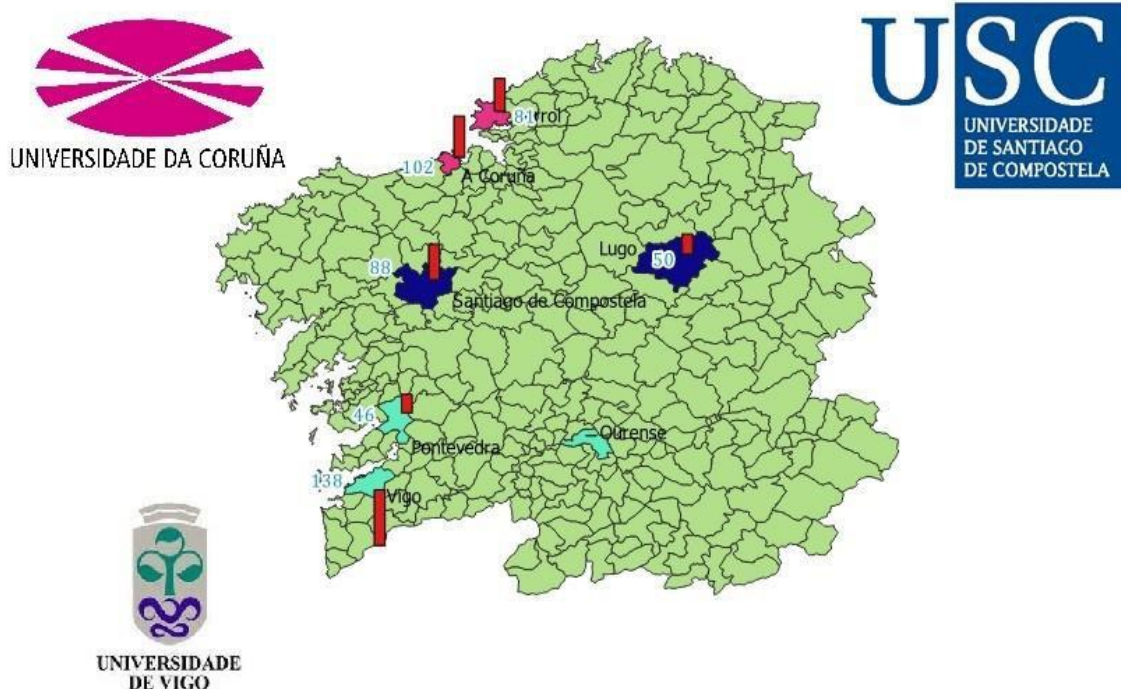
Universidade da Corunha:

- *Grau de galego e português* em que são obrigatórias várias cadeiras de língua e literatura portuguesa e lusófona.

Universidade de Santiago de Compostela:

- *Grau em Línguas Modernas*: especialidade, português. Neste caso há um profundo estudo filológico português, que compreende linguística, literatura, gramática, dialetologia, etc., mas não se realiza nenhum tipo de estudo de didática do português língua estrangeira.
- Muitos estudantes do *Grau em Língua e Literatura galega* escolhem um itinerário em que a segunda língua (*minor*) é o português, mesmo assim nenhuma cadeira de português é obrigatória durante os estudos.

É importante destacar esta informação, já que muitos dos professores de português foram estudantes de Língua e Literatura galegas, e não especificamente de português, especialmente aqueles que formam parte da fação mais veterana do corpo docente.



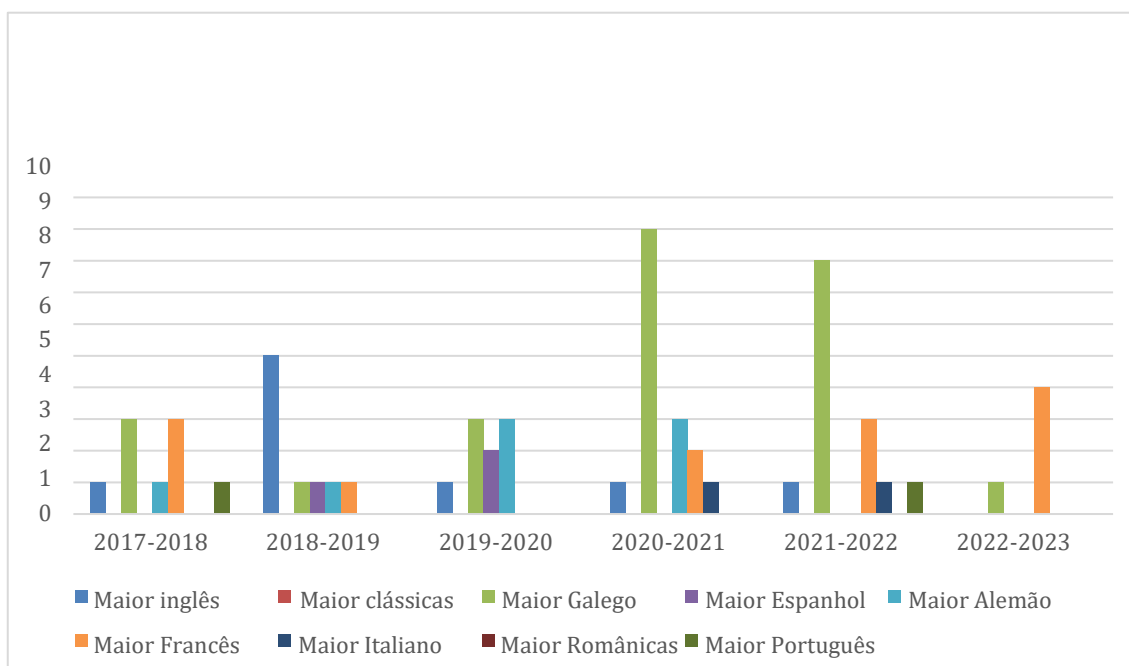
Mapa do ensino do português no nível universitário em 2011. Dados iniciais tirados de Carballido: 2012, adaptação e contraste com dados fornecidos em 2023 pela USC.

Os dados mais atuais me foram fornecidos pelo decanato da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, fiz uma evolução desde o ano académico 2017-2018 até o ano académico atual 2022-2023, anos entre os quais houve um total de 62 matriculados nas duas menções do plano de estudos da modalidade de

português. O plano do grau (licenciatura em Línguas Modernas da USC está conformado pelo que é denominado pela própria universidade como *maior* (língua principal) e um *minor* (língua ou especialidade secundária). O *minor* pode ser qualquer uma das línguas oferecidas no plano de estudos da Faculdade de Filologia da USC ou nalguma das seguintes especialidades: linguística, literatura comparada ou teoria e crítica da literatura. Assim, houve uma pessoa matriculada no *maior* de português no curso 2017-2018 e há uma pessoa matriculada no curso atual (2022-2023), não havendo nenhum aluno matriculado entre 2017-2018 até 2022-2023. Isto quer dizer que ninguém escolheu o português como língua principal nos seus estudos durante quatro anos e entre os cursos académicos 2017-2018 e 2022-2023 só houve duas pessoas matriculadas na especialidade *maior* de português.

Já no *minor* as cifras são ligeiramente melhores, a continuação será ilustrada a divisão dos dados dos matriculados no *minor* de português dividido pelos diferentes *maiores*.

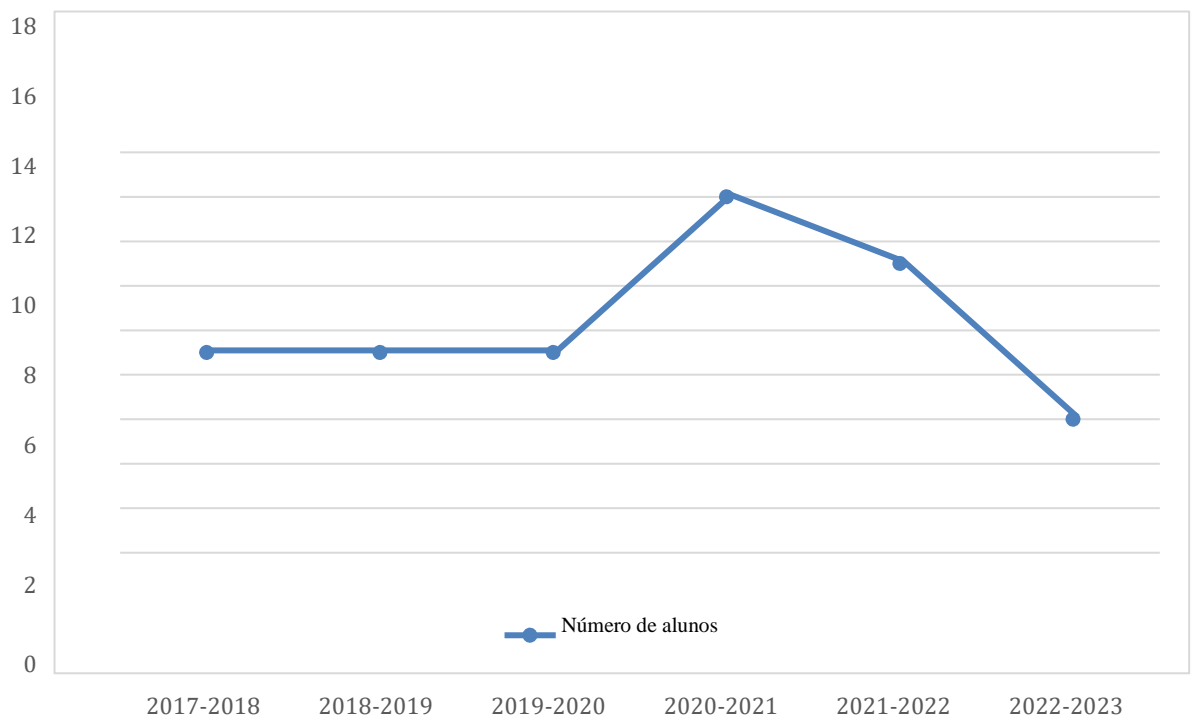
Evolução do número de alunos matriculados na trajetória de português na Faculdade de Filologia da USC



Dados fornecidos pelo decano da Faculdade de Filologia da USC (Elias Feijó Torres).

Dos sessenta e dois alunos que houve matriculados desde o ano 2017, 9 foram alunos do *maior* em inglês, 25 de galego, 3 de espanhol, 8 de alemão, 13 de francês, 2 de italiano, 0 do *maior* de românicas e 0 do *maior* de clássicas. Assim podemos concluir que a licenciatura com mais estudantes de português como parte do plano de estudos (segunda especialização/*minor*) é o Grau de Galego, seguido pelo de Francês, Inglês, Alemão, Espanhol e Italiano, não tendo havido matriculados nos outros dois graus em que o português pode ser escolhido como parte complementar da trajetória de estudos. Também podemos afirmar que o atual curso letivo (2022-2023) foi o pior em número de alunos matriculados nos últimos seis anos letivos, sendo os melhores cursos o 2020-2021 e o 2021-2022.

Evolução do número de alunos de português entre 2017 e 2023



9.4 O ensino de Português no Centro de Línguas Modernas (CLM) da USC

Existem Centros de Línguas Modernas em todas as universidades galegas, mas o que conta com cifras mais significativas é o da Universidade de Santiago de Compostela.

Embora esta instituição tenha sido criada no ano 1975, a língua portuguesa só foi adicionada como opção no curso 2006-2007, sendo um dos últimos departamentos incorporados ao programa, junto com o chinês.

As contratações para os cursos de língua portuguesa são precárias, costumam ser feitas tendo em conta a procura e, portanto, costumam ser contratos a meio-tempo, mesmo assim, o número de alunos que estudam português tem aumentado todos os anos.

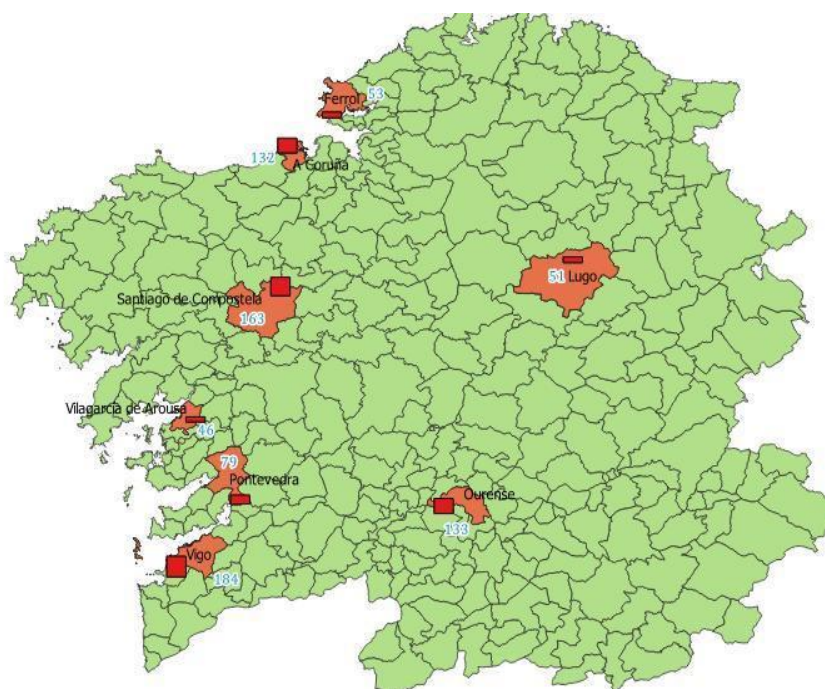
É importante sublinhar que esta instituição conta com o poder de administrar titulações acreditadas de línguas necessárias para realizar as bolsas Erasmus no estrangeiro.

9.5 Estudo do português nas Escolas Oficiais de Idiomas (EOI) entre 2011 e 2021

Acredito que seja importante dar um contexto sobre esta instituição antes de desenvolver, nos pontos seguintes, as conclusões a que cheguei graças à análise dos inquéritos realizados aos estudantes desta instituição.

A maior parte de estudantes de português da Comunidade Autónoma da Galiza encontra-se concentrada nas EOI, foi esta principal razão de ter escolhido esta instituição para realizar a minha investigação. Outra das razões é porque depende de um sistema estatal, e, portanto, entra dentro do sistema de planificação linguística do sistema espanhol. Os professores precisam de passar o mesmo tipo de exame nacional que o resto dos professores do ensino básico e secundário para obter uma vaga permanente, e são funcionários do Estado.

Existem dez centros na Comunidade Autónoma da Galiza, em A Corunha, Lugo, Ourense, Ferrol, Santiago de Compostela, Vilagarcia, Pontevedra, Vigo, Monforte, Ribadeo e Viveiro. Nos oito primeiros as aulas de português fazem parte da escolha linguística, nos três últimos (Monforte, Ribadeo e Viveiro) não, provavelmente devido ao tamanho das vilas.



Mapa sobre o ensino do português nas EOI da Galiza em 2011.
Adaptação de Carballido: 2012 e <https://www.edu.xunta.gal/portal/node/7397>.

É interessante observar que o centro com mais estudantes é o de Vigo, dado bastante previsível por várias razões, a primeira por ser a maior cidade da Galiza, a segunda pela sua proximidade com Portugal, e a terceira porque conta com uma sucursal em Tui, vila raiana com uma fortíssima tradição de estudo do português, e intercâmbio social, económico e cultural com Portugal, feito tradicionalmente de forma completamente natural.

Em 2021 havia 1.021 estudantes de português, divididos entre EOI e o Camões IP. As EOI oferecem a possibilidade de realizar provas oficiais de línguas, no caso do português, em todos os níveis.

9.6 Estudo de português no Camões, IP

Existem só quatro delegações do Camões, IP em Espanha, em Barcelona, Madrid, Cáceres e Vigo. Esta distribuição resulta bastante reveladora, por uma parte o Instituto está presente nas maiores cidades do país, Madrid e Barcelona, e depois encontra-se em Cáceres, que é capital de província e coincide com o lugar com mais estudantes de português do Estado espanhol, e finalmente em Vigo, cidade quase fronteiriça e de grande peso nas relações Galiza-Portugal.

O facto de esta instituição ter presença em Vigo ilustra a importância da presença da cultura e da língua portuguesa na Galiza, também por parte do governo português, que fez um investimento para ter presença nesta cidade galega.

O Camões, IP oferece, além de cursos de português, clubes de leitura, organiza apresentações de livros, obras de teatro, conferências, concursos literários, exposições de arte, etc., além de participar em festivais de cinema a nível autonómico, e realizar parcerias com outras instituições comprometidas com o ensino do português, como a EOI ou a Universidade de Santiago de Compostela. O Camões, IP realiza também provas oficiais de língua portuguesa, oferecendo a possibilidade de acreditar até o nível C1 (pelo menos até 2015 este era o nível máximo de acreditação que ofereciam).

Assim, o Camões, IP funciona, além de centro de línguas, também como centro cultural, dinamizador da língua e da cultura portuguesa na Galiza, tendo um espetro muito grande dentro da atividade cultural da Comunidade Autónoma, oferecendo também bolsas de estudos a candidatos dos dois lados do Minho.

10. TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

O início desta parte da dissertação foi muito tedioso e desmotivador, ao ponto de quase desistir deste trabalho de mestrado. Comecei enviando *e-mails* aos professores das diferentes Escolas Oficiais de Línguas (Escola Oficial de Idiomas ou EOI) da Galiza, situadas nas principais cidades: A Corunha, Lugo, Ourense, Pontevedra, Vigo e Ferrol.

Escrevi um *e-mail* tanto a alguns professores de português em específico, mas também para o *e-mail* geral dos departamentos. Para minha surpresa, só recebi a resposta de um professor, este disse-me que não estava de acordo com a minha metodologia, e que ou mudava a perspetiva dos meus inquéritos, ou que não os iria distribuir aos seus alunos. Apesar de ser uma situação que me desmotivou, que me fez questionar sobre a metodologia, a temática e o enfoque da dissertação, acabei por chegar à conclusão de que a falta de interesse, e a reação do corpo docente era também parte do problema.

É possível que os professores tenham decidido não participar na pesquisa ou não distribuir os questionários devido à preocupação de que o trabalho pudesse colocar em causa a sua própria prática. Essa preocupação pode ser baseada numa variedade de fatores, tais como:

- Insegurança quanto à própria competência para ensinar português: Se os professores não se sentem seguros no seu conhecimento e capacidade para ensinar a língua, podem temer que os resultados da pesquisa tenham uma repercussão negativa sobre eles.
- Medo de críticas ao seu método de ensino: Os professores podem estar preocupados com a possibilidade de que os resultados da pesquisa possam ser interpretados como críticas ao seu método de ensino e que isso possa pôr em causa a sua prática.
- Problemas com a avaliação: Se os professores não estão familiarizados com a avaliação dos estudantes, podem temer que os questionários possam expor a falta de progresso dos seus alunos ou

mesmo a sua falta de eficácia como professores. Neste caso cabe também destacar a falta de acesso a recursos de ensino (tanto por parte dos professores como por parte dos alunos), o que pode impactar negativamente tanto na motivação dos alunos como na continuidade da aprendizagem da língua.

- Problemas de confidencialidade: Os professores podem temer que os questionários possam expor as respostas dos seus alunos ou informações pessoais que possam ser usadas contra eles. Como o meu questionário estava desenhado num documento de respostas *online* e algumas das perguntas tinha possibilidade de ser respondida de forma mais extensa, é possível que isto tenha influído negativamente na hora de distribuir os questionários aos alunos.
- Questões legais: os professores poderiam temer possíveis questões legais relacionadas com a distribuição de questionários a menores de idade, sem consentimento dos seus pais.

Por esta razão decidi não omitir esta parte da investigação e também comecei a interessar-me por um grupo de pessoas muito abundante na Galiza, aquele que sente um certo interesse pela língua portuguesa, mas que não realiza estudos em português. Cabe destacar, que desde antes da criação da norma padrão do galego, existe na Galiza uma batalha sobre qual seria a norma mais legítima para o galego, aquela que se aproxima mais ao português (conhecida como reintegracionismo, porque pretende reintegrar certos traços perdidos durante a castelhanização do galego), e o isolacionismo (regra oficial e predominante, que utiliza grafias, vocabulário e construções mais próximas do castelhano), esta normativa foi redigida em 1982 e é oficial desde 1983, tendo sofrido 3 reformas posteriores, em 1990, em 1995 e a última em 2003.

Após estas experiências negativas, decidi olhar ao meu redor e recomeçar a investigação de um ponto de vista totalmente diferente, mas sem ter de mudar de toda a metodologia. Comecei a perguntar a pessoas da minha geração com diferentes níveis de contacto com o português, metade do grupo que seleccionei finalmente fez estudos na EOI e a outra metade não.

A amostra está composta por 10 estudantes de português que realizaram os seus estudos na EOI de Santiago de Compostela, e 10 pessoas que nunca estudaram português a nível académico. Os membros da primeira amostra resultaram ser todos homens, de entre 26 e 39 anos, a segunda amostra está composta por homens e mulheres a partes iguais, de entre 22 a 57 anos, procedentes de diferentes partes da Galiza, mas maioritariamente residentes em Santiago de Compostela e em Vigo.

Vou começar por analisar o segundo grupo, pertencem tanto a áreas urbanas (Vigo, Ourense, Santiago de Compostela) como a áreas rurais. O grupo que forma a amostra é heterogéneo a nível de género. Todas as pessoas deste grupo têm conhecimentos de galego, espanhol e inglês, algumas têm também noções de francês. O castelhano resultou ser a língua mais comum entre as relações sociais nas pessoas de Vigo (excetuando uma pessoa), sendo o galego a língua mais comum entre os habitantes de outros lugares. O galego é a língua predominante no âmbito familiar (exceto uma pessoa de Ourense). No âmbito profissional as pessoas do âmbito urbano utilizam o espanhol, inglês e galego e no contexto rural predomina o galego.

Todas as pessoas deste grupo dizem perceber quase tudo quando ouvem um discurso ou uma conversa em português, e também não encontram grandes dificuldades para manter uma conversa básica. Todos sentem interesse na língua portuguesa e tiveram contactos com a mesma, achariam útil estudar a língua, mas nunca o fizeram porque acham que com a proximidade linguística que existe entre o galego, e tendo em conta a pouca dificuldade comunicativa que tiveram, acham mais interessante estudar outras línguas que apresentam mais dificuldade de compreensão.

Por outra parte é curioso que foi neste grupo em que se sublinhou o descontentamento quando durante conversas com portugueses (unicamente com portugueses, não com outras pessoas provenientes de outros países da lusofonia), o interlocutor tentou falar em português e recebeu uma resposta em castelhano.

Acho que este comentário, muito recorrente durante as entrevistas, é muito ilustrativo do relacionamento linguístico entre galegos e portugueses. Por uma parte define a identidade portuguesa, dando uma imagem antropológica de que como agem os portugueses tentando adaptar-se ao outro, neste caso falando em espanhol, por outro lado a procura de uma aproximação linguística por parte da população galega, muitas vezes desconhecida pela população portuguesa, e finalmente também cabe fazer uma reflexão sobre a atitude linguística do resto dos espanhóis em contextos de contacto

com portugueses, em que geralmente não fazem nenhum tipo de esforço para comunicar com os lusofalantes em nenhuma língua que não seja o espanhol, assumindo que os seus interlocutores terão de perceber.

Cabe destacar que não é pouco surpreendente para os galegos, que geralmente exista um desconhecimento sobre a realidade linguística na Galiza, especialmente tendo em conta que a língua portuguesa tem origem no galego-português. O desconhecimento desta língua, que deu origem à sua própria, especialmente nas regiões centro e sul do país, pode também ser descritiva do “estranho” relacionamento entre estes dois povos, tão próximos em tantas coisas e tão virados de costas para outras.

As pessoas que estudam português têm um perfil relativamente bem definido, costumam ser pessoas com estudos universitários superiores, geralmente são funcionários do Estado, maioritariamente professores. Os alunos entrevistados disseram que a média de idade nas turmas era de entre 23 e 50 anos, havendo mais homens e mais jovens (entre 23 e 30 anos) nos níveis inferiores de ensino (A1, A2, B1 e B2) e uma percentagem mais elevada de mulheres nos níveis superiores (C1 e C2). Cabe destacar que a acreditação de línguas através das Escolas Oficiais dá pontos para o sistema estatal de funcionários do Estado, uma das razões pelas quais se pode tornar interessante o estudo do português para este grupo de pessoas. Por outro lado, acho interessante analisar o facto de que os homens abandonem os estudos de forma mais prematura e as mulheres continuem até atingir níveis superiores de estudos. Isto pode denotar um interesse mais profundo por parte das mulheres uma vez que começam a aprender a língua, e provavelmente um certo conformismo por parte dos homens, que uma vez conseguem o título, abandonam os estudos.

Outro dado curioso é que nas aulas de português há lusodescendentes (de diversos países da lusofonia) que não sabem falar português e assistem às aulas para aprender a língua. Infelizmente não cheguei a ter contacto direto com nenhuma pessoa lusodescendente, estudante de português, mas é provável que estas pessoas desconheçam a existência de programas de integração linguística e cultural na Comunidade Autónoma da Galiza (mencionados num ponto anterior), devido à sua paupérrima promoção.

É compreensível que a percentagem de professores de português comprometidos com a causa possam sentir dificuldade devido ao volume de trabalho e atividades. Dada a natureza dinâmica da educação, os professores podem enfrentar desafios

relacionados com a gestão de tempo, planeamento de aulas, avaliação de desempenho dos alunos, entre outros. Além disso, os professores podem sentir pressão para incorporar conteúdos e abordagens pedagógicas que apoiam uma causa específica, neste caso, a importância da aprendizagem do português, durante suas aulas, o que pode adicionar ainda mais trabalho e complexidade.

É importante que os professores tenham suporte e recursos para ajudá-los a enfrentar esses desafios, como formação contínua, orientação pedagógica e acesso a materiais de ensino de qualidade. Explicarei mais sobre o assunto no próximo ponto, mas, da mesma forma que acontece noutras línguas, seria importante a criação de um manual de português especificamente orientado a galego-falantes.

11. POSSÍVEIS SOLUÇÕES

É evidente que a maioria das questões que foram tratadas nesta dissertação são produto de uma mentalidade forjada ao longo dos anos, e que qualquer mudança possível ia necessitar tempo, esforço e investimento económico.

Mas existe uma grande parte da população que acredita neste investimento.

Por uma parte seria necessário fazer compreender a importância e as vantagens da aprendizagem de uma língua que, apesar de próxima, é diferente. Esta última parte da frase é especialmente importante por várias razões, já que geralmente as pessoas que mais defendem a aprendizagem do português e a utilização de terminologia mais próxima deste (reintegracionistas), em muitas ocasiões, e baseados nesta proximidade, não estudam a língua, o que faz com que não tenham uma base linguística nem etimológica que lhes permita nem falar com fluidez em português nem escolher a terminologia mais adequada para utilizar em galego (um galego que pretenderia ser mais próximo do português). Com isto quero dizer que defendo inteiramente a pretensão de que o galego seja mais “puro” e menos contaminado por castelhanismos, já que isto também poderia beneficiar posteriormente na aprendizagem do português, mas tudo isto respeitando as origens da língua e na procura do termo linguístico comum mais adequado para cada contexto.

Por outra parte também seria imprescindível uma campanha de marketing muito forte que promovesse a aprendizagem do português na Galiza, com programas de imersão linguística em que as pessoas pudessem ter interações práticas com falantes de português.

Podemos tomar o exemplo do previamente mencionado programa “Digocho eu” da TVG, aperfeiçoando-o, é um claro exemplo de como tanto a televisão, como atualmente (até provavelmente de uma forma mais potente), as redes sociais são uma ferramenta altamente potente e que deve ser tida em conta na política linguística e, portanto, na hora de realizar uma planificação. Existindo já uma lei de defesa de estudo e aproximação à língua e à cultura portuguesas (lei Valentín Paz Andrade), só seria preciso realizar ações que promovessem o promulgado nesta lei.

Uma questão que seria importante destacar aqui e que já foi mencionada no ponto anterior, seria a criação e promoção de manuais de português, criados especificamente para galego-falantes. Dada a semelhança que existe entre as duas línguas, seria importante incidir sobre certos falsos amigos, ou certas evoluções linguísticas e, provavelmente, será menos importante focar a atenção noutras questões como por exemplo de vocabulário, ou de construção sintática que podem resultar complicadas para os falantes de outras línguas.

Numa análise um bocado mais aprofundada sobre este assunto, acredito que seria importante rever a metodologia de ensino e dos manuais. A partir dos anos 80 houve uma mudança de perspetiva na metodologia de ensino das línguas, devido a um maior estudo da linguística contemporânea, estudos da corrente funcionalista, linguística de texto, análise do discurso, pragmática, sociolinguística, etc. Como consequência, deslocou-se o eixo de aprendizagem da memorização de regras para um ensino mais contextualizado, em que se valoriza a língua em todos os seus aspetos comunicativos. Neste contexto, começa-se a falar em Gramática contextualizada e/ou análise linguística, em que o conteúdo das aulas está baseado em situações comunicativas reais, e, portanto, o ensino da gramática é feito de forma contextualizada (seja a partir de conteúdo literário, audiovisual ou jornalístico).

Esta forma de aprendizagem permite também a interpretação de textos no seu contexto socio-histórico, o que acrescenta um valor a este modelo metodológico.

Se o real sentido da língua é a comunicação, é lógico que a sua aprendizagem esteja focada em prol do valor real da mesma.

Esta teoria didática é interessante porque obriga o aluno a analisar e produzir textos em diferentes contextos linguísticos, permitindo-lhe desenvolver capacidades e competências tanto como leitores, como escritores ou como interlocutores.

Finalmente seria importante acabar com a mentalidade ou atitude, na minha opinião “colonialista” em que o cidadão do Estado espanhol vê Portugal, e apesar de ser um bocado menos acentuado no caso galego, e de tentar fazer um ligeiro esforço, continua sendo, na minha forma de ver, desequilibrado. É engraçado, neste tipo de contexto analisar como o lusofalante (neste caso vou restringir-me maioritariamente ao caso português) sempre elogia o estrangeiro quando trata de falar na sua língua, ainda que o esforço seja mínimo, provavelmente por esta razão (e por muitas outras conexões

linguísticas e culturais) os portugueses sentem um certo apego pelo povo galego (e vice-versa). Esta posição do povo português denota uma idiossincrasia de adaptação e predisposição para a intercompreensão que os falantes de espanhol (especialmente na Espanha) não têm. Apesar de não ser uma questão pura e unicamente linguística, afeta diretamente a percepção linguística e, portanto, é uma questão que pode ser tratada desde uma perspectiva de intervenção de política linguística.

Uma das razões pelas quais existem dificuldades de intercompreensão é que a amplitude fonética é muito maior no português do que no espanhol, todos os fonemas existentes em espanhol existem em português, mas em espanhol só existem 5 vogais médias, enquanto em português existem 7, abertas e fechadas. Em galego também, outra das razões de intercompreensão de ambas línguas. No sistema de consoantes, a diferença é, como se sabe, ainda maior. Além disso, a política linguística no que respeita ao audiovisual é completamente diferente em Espanha e em Portugal (no Brasil, ou até noutros países da lusofonia a situação é ou pode ser diferente).

Enquanto em Espanha, na televisão, tanto pública como privada, os filmes e séries são completamente traduzidos, seja em espanhol ou nas línguas regionais, em Portugal isto não acontece, o que permite e impulsiona uma maior predisposição para a aprendizagem das línguas no território luso. Em contraposição o que acontece na Espanha é que as pessoas que não moram em regiões bilingues não precisam de ter nenhum tipo de contacto com nenhuma outra língua que não seja o espanhol.

Finalmente, outra das razões que encontrei, e com a qual fiquei bastante surpreendida, foi a diferença no número de verbetes no dicionário português por oposição ao dicionário espanhol. A minha experiência de aprendizagem da língua portuguesa pode diferir bastante da de qualquer outro espanhol, já que, sendo galego-falante de base, considero ter uma vantagem, seja a nível fonético, como a nível de vocabulário (sempre senti que o português era uma língua extremadamente rica a nível lexical, mas nunca senti uma dificuldade de aprendizagem neste sentido, havendo muitas palavras comuns com o galego), além disso, desde uma idade muito jovem realizei estadias em países de língua inglesa e francesa, e viajei sempre por Portugal, pelo que precisei de desenvolver o ouvido e a fonética em outras línguas.

Tenho alguma esperança de que com a globalização, a revolução tecnológica e a democratização das viagens, esta situação possa ser revertida. Plataformas como a Netflix, que permite ver conteúdo (séries e filmes) em versão original, ou as redes

sociais (Instagram, Facebook, Tiktok, Youtube), que nos permitem também ver ou assistir a publicações noutras línguas, com possibilidade de realizar traduções instantâneas ou adicionar legendas, e as viagens mais económicas, permitem que as pessoas (neste caso os espanhóis), comecem a ter contacto com outras línguas, culturas e, com um bocado de sorte, abandonem esse “hispano-centrismo”. Todas as ferramentas mencionadas anteriormente podem ser grandes “armas” para promover a utilização e a aprendizagem da língua portuguesa.

Existe um termo linguístico para o conceito que acabei de definir e descrever, a inteligibilidade assimétrica, isto acontece quando falantes de diferentes línguas conseguem perceber-se sem grande esforço, e acontece geralmente quando falamos de línguas de regiões geograficamente próximas, ou têm uma continuidade dialetal, isto acontece, por exemplo com o português, espanhol, francês e o italiano (tendo em conta as variedades dialetais ou línguas que existem, neste caso restringindo-nos só a Europa, em Portugal, Espanha, França e Itália). Porém, na inteligibilidade assimétrica, embora as duas línguas sejam inteligíveis, geralmente um grupo tem maior dificuldade de compreensão que o outro. Pode ser na hora da leitura, da fala ou da escrita. Neste caso, destacaria o alto nível de inteligibilidade entre o espanhol e o italiano, claramente os italianos fazem mais esforço em falar espanhol do que os espanhóis italianos, mas o grau de compreensão dos espanhóis neste caso é muito mais elevado do que com os portugueses (à exceção dos galegos), e conseguem manter uma conversa, cada um na sua língua sem nenhum tipo de dificuldade. Outros exemplos de intercompreensão assimétrica são o dinamarquês, norueguês e sueco, o russo e o ucraniano, e finalmente o malaio e o indonésio (bahasa).

12. CONCLUSÕES

A Galiza e Portugal encontram-se numa posição geográfica, linguística e histórica quase utópica para a aprendizagem da língua portuguesa por parte da população galega.

A entrada de Espanha e Portugal na União Europeia parecia ser promissora e acabar com os preconceitos que foram desenvolvidos ao longo da história, mais especificamente durante as ditaduras, época de rivalidade entre Franco e Salazar, que, apesar de ter ideologias semelhantes, eram rivais. A queda da fronteira veio acompanhada de um desenvolvimento dos negócios, intercâmbios sociais, políticos e económicos que se viram refletidos numa progressiva mas lenta mudança de mentalidade nesta rivalidade, concretizando-se também em questões legais, como o estatuto de trabalhadores transfronteiriços, ou no caso da política linguística, o auge a nível autonómico para a Galiza foi a promulgação da lei Valentín Paz Andrade em 2014, em que se legislava por primeira vez sobre o ensino do português na Comunidade Autónoma.

Porém, no nível de intercâmbio social e de intercompreensão a nível estatal (por parte da Espanha), provavelmente o momento atual seja o mais positivo enquanto a atitude e o relacionamento com Portugal e com a lusofonia no geral. Estes avanços são, provavelmente consequência da democratização das viagens, de internet, e mais concretamente das redes sociais.

Mas, porquê, apesar de viver nesta situação utópica Galiza-Portugal, a situação do ensino do português na Galiza continua a ser tão precária?

Para começar porque continua a existir um preconceito linguístico muito forte, que radica na conceção da língua galega por parte da própria sociedade galega. Existe uma aceitação mais ou menos geral sobre a circunscrição do galego como parte do sistema linguístico lusófono, por esta razão a aprendizagem do português e a perceção e a situação da utilização do galego não podem ser completamente dissociadas.

Tendo em conta isto, a aprendizagem do português suporia o empoderamento exponencial da Galiza, já que conta com recursos naturais e energéticos (entre outros), e a abertura da região à lusofonia suporia um crescimento exponencial e uma arma de poder para o povo galego.

Finalmente cabe destacar que como consequência (ou como parte) deste desleixo, há uma falta de recursos, tanto de promoção da língua, como de material didático ou de corpo docente formado.

Para conseguir reverter esta situação seria preciso fazer um investimento, que ainda que não fosse muito grande, deveria ser estratégico, que contasse com uma campanha de promoção focada especialmente nas redes sociais, já que conseguiria atingir de forma fácil e eficaz o público jovem, fazer um investimento em material didático e em livros de leitura para pôr ao dispor tanto em bibliotecas públicas como em livrarias, além de apostar por outras formas de aprendizagem alternativas, que facilitassem o acesso ao estudo da língua, como cursos *online* e aplicações para dispositivos móveis. Para concluir seria preciso disponibilizar vagas para professores de português, investir na sua formação e promover o estudo em centros de ensino público em todos os níveis de ensino, dando a possibilidade aos alunos de realizar estudos de qualidade.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida Filho, José Carlos Paes (1997). *Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira*. Campinas: Pontes Editores.
- Almeida Filho, José Carlos Paes (2002). "Compreensão de linguagem oral no ensino de língua estrangeira", em *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, ano 1, vol. 1. (pp. 19-38). Campinas: UNICAMP.
- Almeida Filho, José Carlos Paes (2005). *Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação*. Campinas: Pontes Editores e Editora da Universidade de Brasília
- Bailey, Kathleen M.; Nunan, David (1996). *Voices from the language classroom: qualitative research in second language education*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bragado Trigo, I. (2006): "Sobre a amizade (léxica) Galiza-Portugal: os falsos amigos Galego-Português-Español". Madrid: *Madrygal* 9: 33-41.
- Briones, Ana Isabel (2001). *Dificultades de la lengua portuguesa para hispanohablantes de nivel avanzado. Un estudio comparativo*. Madrid. F. Barrio.
- Brown, James Dean (1988). *Understanding research in second language learning: a teacher's guide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carmo, Leonete (2004). *Olá! Como está?* Lidel: Lisboa.
- Chancelete de Machete, Rui; Vicente, António Luís (2010). *Língua e cultura na política externa portuguesa. O caso dos Estados Unidos da América*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento: Lisboa.
- Coimbra, Isabel; Mata Coimbra, Olga (2013). *Gramática Ativa 1*. Lisboa: Lidel.
- Coimbra, Isabel; Mata Coimbra, Olga (20113). *Gramática Ativa 2*. Lisboa: Lidel.
- Correia, M. (2020, 7 julho). *O português, o espanhol e a intercompreensão*. DN. <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/o-portugues-o-espanhol-e-a-intercompreensao-12394413.html>

- Coudry, P.; Fontão, E. (1989). Fala Brasil. Campinas: Pontes Editores.
- Coudry, P.; Fontão, E. (2000). Entre Amigos. Campinas: Pontes Editores.
- Comissom lingüística da Associação Galega da Língua (coord.) (2009). Leituras da língua de aquém e de além. Por um galego extenso e útil. Ourense: Agal.
- Conselho da Europa (2001). Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, Ensino, Avaliação. Porto: ASA Edições.
- Coste, Daniel (2002). “Le Cadre Européen commun de référence pour les langues. Des 127 actes de parole à l’action en contexte social. Retour subjectif sur un parcours”. Intercompreensão, 10, Lisboa: Edições Colibri / Escola Superior de Educação de Santarém. (pp. 87-94).
- Cristóvão, Fernando (2008). Da Lusitanidade à Lusofonia. Lisboa: Almedina.
- Cunha, M. J.; Santos, P. (Org.) (1999). Ensino e pesquisa em Português para Estrangeiros. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Cunha, M. J.; Santos, P. (2000). Tópicos em Português Língua Estrangeira. Textos Universitários. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- De Castilho, Ataliba T. (2005). “Língua portuguesa e política lingüística: o ponto de vista brasileiro” in VV.AA. A língua portuguesa: presente e futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Diario, N. (2022, 22 agosto). *Português da Galiza. vaia parvada*. Nós Diario. <https://www.nosdiario.gal/opinion/alexandre-banhos-campo/portugues-da-galiza-vaia-parvada/20220822105010150482.html>
- Diario, N. (2021, 18 dezembro) *Galiza conta coa metade de estudantes de português que Estremadura*. Nós Diario <https://www.nosdiario.gal/articulo/lingua/galiza-counta-coa-metade-estudantes-portugues-que-estremadura/20211217150946134257.html>
- Diario Oficial de Galicia (2012). Orde do 29 de xuño de 2012 pola que se fai pública a oferta educativa das escolas oficiais de idiomas da Comunidade Autónoma de Galicia a partir do curso escolar 2012-2013. DOG N.º 146 quarta-feira, 1 de agosto de 2012, pp. 30492.

Dias, Ana Paula; Militão, Paulo (2009). Falas Português? Nível B2. Porto: Porto Editora.

Dias, Ana Cristina (2010). Entre Nós 2. Método de português para hispanofalantes. Lidel: Lisboa.

Eco, Umberto (2010/16) [1977]. Como se faz uma tese em ciências humanas. Barcarena: Editorial Presença.

Fagim Rodrigues, Valentim (2009). *Do Ñ para o NH. Manual de língua para transitar do galego-castelhano para o galego-português*. Ourense: Agal.

Fagim Rodrigues, Valentim (2001). O galego (im)possível. Santiago de Compostela. Edicións Laiovento.

Fagim Rodrigues, Valentim; Pichel Campos, José Ramom (2012). O galego é uma oportunidade / El gallego es una oportunidad. Corunha: Agal.

Fernández Carballido, Xurxo (2012). O ensino da língua portuguesa na Galiza. Universidade do Minho. Instituto de Letras e Ciências Humanas.

Fernández Carballido, Xurxo (2019). O ensino da língua portuguesa na Galiza. Universidade de Santiago de Compostela.

Ferrão Tavares, Clara (2002). “L’approche actionnelle est-elle arrivée?”. *Intercompreensão*, 10, Lisboa: Edições Colibri / Escola Superior de Educação de Santarém. (pp. 95-104).

Ferreira, Itacira A. “A Interlíngua do falante de espanhol e o papel do professor: Aceitação tácita ou ajuda para superá-la?” *Português para Estrangeiros. Interface com o espanhol*. Ed. José Carlos Paes de Almeida Filho. Campinas: Pontes, 1995.

39-48.

Ferreira, Maria de Fátima (2002). “O caso do português língua segunda”, *Intercompreensão*, 10, Lisboa: Edições Colibri / Escola Superior de Educação de Santarém. (pp. 163-168).

Feytor Pinto, Paulo; Júdice, Norimar (1998). Para acabar de vez com Tordesilhas. Lisboa: Colibri.

Feytor Pinto, Paulo (2001). Como pensamos a nossa língua e as línguas dos outros. Lisboa: Ed. Estampa.

Feytor Pinto, Paulo (2005). “Expressão oral: desenvolvimento da competência e sua avaliação no Ensino Básico”, in Actas do 9.º Encontro de Professores de Português. Porto: Areal Editores, pp. 78-83.

Feytor Pinto, Paulo (org.) (2007). Saber Ouvir, Saber Falar. Lisboa: Associação de Professores de Português. [CD-ROM].

Feytor Pinto, Paulo (2008). “Ser ou não ser (só) professor de Português?”, in Carlos Reis (org.), Actas da Conferência Internacional sobre o Ensino do Português. Lisboa: Ministério da Educação, pp. 141-148.

Feytor Pinto, Paulo (2010). “Oralidade na aula de português para hispanofalantes”, in Limite, no 4. Cáceres: Universidad de Extremadura. pp. 141-151.

Fróis, Josette (2002). “L’enseignement du FLE dans le primaire en Ribatejo et en Catalogne – Zones de proximité?”, Intercompreensão, 10, Lisboa: Edições Colibri / Escola Superior de Educação de Santarém. (pp. 149-157).

García Benito, Ana Belén (2007). “A falar é que a gente se entende: reflexões e actividades par integrar diferentes tipos de interacções orais na aula de PLE”, in Paulo Feytor Pinto (org.), Saber Ouvir, Saber Falar. Lisboa: Associação de Professores de Português. [CD- ROM].

García Benito, Ana Belén (2010). “Mudam-se os tempos, mudam-se os caminhos: nuevos retos para el PLE/L2”, in Limite, n.º 4. Cáceres: Universidad de Extremadura. pp. 7-19.

Garrido, Carlos (2011). Léxico galego. Degradaçom e regeneraçom. Barcelona: Edições da Galiza.

Gonçalves, Perpétua (2007). “Pesquisa linguística e ensino do Português L2: 12 Potencialidades das taxonomias de erros Linguística” em Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto. Vol. 2 - 2007, pp. 61-76. Porto: Universidade do Porto.

Iriarte Sanromán, Álvaro (1992). “Os Elementos Pragmático-Contextuais no Ensino/Aprendizagem do Galego-Português como Língua Materna ou como Língua Segunda”, em Henríquez Salido, M. C. (ed.) (1992) Actas do III Congresso

Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Em Homenagem ao Professor Carvalho Calero. Vigo-Ourense: Setembro-Outubro, 1990. A Corunha: AGAL; págs. 213-219.

Iriarte Sanromán, Alvaro (2001). A Unidade Lexicográfica. Braga: Universidade do Minho.

Iriarte Sanromán, Álvaro (2005). “Dicionários Monolíngues da Língua Galega”, em Revista Galega de Filoloxía, ISSN 1576-2661. 6 (2005) 51-72; A Corunha: Universidade da Coruña.

Leite, Isabel Coimbra; Coimbra, Olga Mata (19952). Português sem fronteiras 1. Lisboa: Lidel.

Leite, Isabel Coimbra; Coimbra, Olga Mata (19972). Português sem fronteiras 2. Lisboa: Lidel.

Leite, Isabel Coimbra; Coimbra, Olga Mata (1991). Português sem fronteiras 3. Lisboa: Lidel.

Marasciulo, M. (2019, 28 julho). *Por que quem fala espanhol tem mais dificuldade de entender português?* Revista Galileu.

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/07/por-que-quem-fala-espanhol-tem-mais-dificuldade-de-entender-portugues.html> [2022/12/30]

Neves, Marco (2018), “O galego e o português são a mesma língua?”. Santiago de Compostela. Através Editora.

Nunan, David (1992). Research methods in language learning. Cambridge: Cambridge University Press.

Nunan, David (2002). El diseño de tareas para la clase comunicativa. Madrid: Cambridge University Press.

Osório, Paulo; Meyer, Rosa Marina (coord.) (2008). Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s). Lisboa: Lidel.

Palacios Martínez, Ignacio Miguel (1994). La enseñanza del inglés en España a debate. Perspectivas de profesores y alumnos. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Palacios Martínez, Ignacio Miguel (2004). “La enseñanza y el aprendizaje de lenguas extranjeras: una perspectiva europea”, in Meno Blanco, Francisco (coord.), *Nuevas formas de aprendizaje en lenguas extranjeras*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

Parlamento de Galicia (2010). Boletín Oficial do Parlamento de Galicia, no 383, 29 de dezembro de 2010.
http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaBoletinsOficiais/B80383_1.pdf [2022/10/22]

Parlamento de Galicia (2011). Boletín Oficial do Parlamento de Galicia, no 408, 11 de febreiro de 2011.
http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaBoletinsOficiais/B80408_2.pdf [2022/10/22].

Parlamento de Galicia (2011). Boletín Oficial do Parlamento de Galicia, no 423, 4 de marzo de 2011.
<http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaBoletinsOficiais/B80423.PDF> [2022/10/22].

Pena, M. P., & Pena, M. P. (2018, 8 junho). *O número de centros nos que se imparte portugués descendeu neste curso en Galicia*. Praza Pública. <https://praza.gal/cultura/o-numero-de-centros-nos-que-se-imparte-portugues-descendeu-neste-curso-en-galicia> [2023/01/08]

Peres Gonçalves, Tiago (2014). *Breve história do reintegracionismo*. Através Editora.

Rodríguez, José Luis (2008). “A Galiza, umha lusofonia de fronteira”, em *Actas do VIII Congreso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Seoane, Ernesto Xosé González (1996). “O debate sobre a independencia do galego na última década do século XIX”. *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, Pp. 121-131, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de la Rioja. ISBN 84-8121-476-0.

Santos, Araújo, José David (2004). *Portugal e Galiza: Encantos e encontros*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

Tavares, Ana (2008). Ensino / Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira. Manuais de Iniciação. Lisboa: Lidel.

Tavares, Ana (2004). Português XXI 2. Lisboa: Lidel. Tavares, Ana (2005). Português XXI 3. Lisboa: Lidel. Tavares, Ana (2012). Avançar em Português. Lisboa: Lidel.

Torres Feijó, Elias (1999). "Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891) em revista História: noroeste peninsular. Lisboa. N.º 3. Unesco (1997). International standard classification of education ISCED 1997. Paris: Unesco.

Vicente, D. (2017, 12 febrero). *A construção do galego legítimo. Identidades e ideologias.* Quilombo Noroeste.

<https://quilombonoroste.wordpress.com/2017/01/09/a-construcao-do-galego-legitimo-identidades-e-ideologias/> [2023/01/04]

Outras referências bibliográficas:

A nossa galáxia. A nossa língua no mapa da Espanha (2020, 4 fevereiro). <https://anossagalaxia.gal/a-nossa-lingua-no-mapa-da-espanha/> [2023/01/04]

El Programa de Lengua y Cultura Portuguesas. (s. f.). | Ministerio de Educación y Formación Profesional. <https://www.educacionyfp.gob.es/mc/lengua-cultura-portuguesas/programa.html> [2023/01/04]

Em Espanha, vocês falam castelhano ou português? (2022, 29 junho). reddit. https://www.reddit.com/r/portugal/comments/vndi2i/em_espanha_voc%C3%AAs_falam_castelhano_ou_portugu%C3%AAs/ [2023/01/08]

Ensino do português na Galiza precisa de mais professores. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (2021, 22 dezembro). <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/atualidades/noticias/ensino-do-portugues-na-galiza-precisa-de-mais-professores/3627> [2023/01/08]

¿Por qué aprender português? (s. f.). Clases de Português en Cáceres. <http://www.portuguescaceres.es/p/por-que-aprender-portugues.html> [2022/12/06]

Unha investigación da USC considera “deficitaria” a presenza do ensino do português no sistema educativo galego. (2019, 22 outubro). Universidade de Santiago de Compostela. <https://www.usc.gal/gl/xornal/novas/investigacion-usc-considera-deficitaria-presenza-ensino-portugues-sistema-educativo> [2022/10/22]

Universitária, R. G. (s. f.). *A Linguística No Ensino de Língua Portuguesa*. Revista Gestão Universitária. <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-linguistica-no-ensino-de-lingua-portuguesa> [2022/12/10]

Projeto telefonemas – PGL. (2022, 5 dezembro). <https://pgl.gal/projeto-telefonemas/> [2023/01/08]

O número de centros nos que se imparte português descendeu neste curso en Galicia. <https://praza.gal/cultura/o-numero-de-centros-nos-que-se-imparte-portugues-descendeu-neste-curso-en-galicia>

(8 de Junho de 2018), consultado em Julho de 2022.

Galiza conta coa metade de estudantes de português que Estremadura

<https://www.nosdiario.gal/articulo/lingua/galiza-conta-coa-metade-estudantes-portugues-que-estremadura/20211217150946134257.html> (18 Dec, 2021).
Consultado em Setembro de 2022

“A língua portuguesa na Espanha” Wikipédia, a enciclopédia livre” (Consultado em Setembro, 2022)

<https://www.edu.xunta.gal/portal/node/7397>

14. Anexo I : inquérito

1. Nome

Idade

2. Género

Feminino

Masculino

Outro

3. Local de residência e EOI de referência

4. Nível de escolaridade

5. Emprego

6. Quantas línguas falas? (Por favor, escreve quais)

7. Estudas outras línguas? Onde?

8. Achas útil estudar português? Razões?

9. Qual é o teu nível de língua em português?

A1

A2

B1

B2

C1

C2

10. Que língua utilizas no âmbito profissional?

11. Que língua utilizas no âmbito familiar?

12. Que língua utilizas no âmbito social?

13. Tens algum contacto com lusofalantes?

Sim

Não

Pouco

14. Razão pela qual escolheste estudar português

15. Do 1 ao 10, qual é o teu grau de satisfação com o ensino do português na EOI?

Razões? *

16. Tens algum contacto com Portugal, Brasil, algum PALOP, outro país da CPLP ou alguma comunidade de língua portuguesa no exterior? Escala de 1 a 10.

15. Anexo II

Esta entrevista faz parte de um projeto de investigação sobre a aprendizagem, o conhecimento e o reconhecimento do português na Galiza e tem como objetivo recolher, de forma ordenada, informação relevante sobre o conhecimento, o uso e o processo de aprendizagem do português. No decurso da conversa podemos também abordar algumas questões sobre a cultura e a sociedade de Portugal, bem como sobre as relações entre a Galiza e Portugal especificamente e as relações entre Espanha e Portugal de uma forma genérica e diferenciada.

Antes de mais, indique o seu nome, idade, sexo e local de residência. Estes dados serão utilizados na investigação de forma dissociada para salvaguardar a intimidade e a privacidade dos informantes.

Em segundo lugar, indique a sua profissão, o seu nível de estudos e a(s) qualificação(ões) que obteve e com a(s) qual(is) se identifica profissional e vitalmente.

Qual era a sua língua materna e existia uma situação bilingue em casa, incluindo qualquer forma de diglossia?

Que língua utiliza habitualmente em casa, nas suas relações sociais e na sua vida profissional?

Para além da(s) sua(s) língua(s) materna(s), que outras línguas conhece? Qual é o seu nível de proficiência nessas línguas em termos da norma linguística europeia? Para além do nível teórico, até que ponto se sente confortável em contextos relacionais em que essas línguas são utilizadas?

Quando e como foi o seu primeiro contacto consciente com a língua portuguesa, e qual foi o seu sentimento e reação a esse contacto?

Qual é, na sua opinião, o seu nível de conhecimento e domínio da língua portuguesa? Especifique as suas competências orais e escritas. Diferencie entre conhecimento passivo da língua e uso ativo da língua, oralmente e por escrito.

Como é que se familiarizou com o português, seguiu um curso, seguiu uma abordagem sistemática? Em caso negativo, tem facilidade em compreender o português na interação social com falantes de português e acha que os seus interlocutores têm facilidade em compreendê-lo? Em caso afirmativo, considera que o estudo do português facilitou a sua interação social e o seu acesso às áreas de conhecimento e de relacionamento típicas do mundo lusófono?

Considera que existe um conhecimento suficiente da língua e da cultura portuguesas na Galiza? Na sua opinião, houve mudanças nos últimos anos, e alguma delas está relacionada com os acontecimentos políticos de participação nas Comunidades Europeias, ou em acordos ortográficos ou noutros processos legislativos a nível autonómico (regional)?